

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,  
CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 22, DE  
2001-SF "DESTINADA A APURAR, NO PRAZO DE  
180 (CENTO E OITENTA) DIAS, AS DENÚNCIAS  
VEICULADAS A RESPEITO DA ATUAÇÃO  
IRREGULAR DE ORGANIZAÇÕES NÃO  
GOVERNAMENTAIS – ONGs."**

**Ata da 14ª Reunião Realizada em 19.03.2002**

Aos dezanove dias do mês de março do ano de dois mil e dois, às dezesete horas e vinte e cinco minutos, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, reúnem-se os Senhores Senadores Marluce Pinto, Moreira Mendes e Tião Viana, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais – ONGs". Presente também a Deputada Tetê Bezerra. Havendo número regimental,

o Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a oitiva da Sra. Graça Marques – Presidente do Grupo de Apoio ao paciente de câncer – NAPACAN e do Sr. Andreas Strakos – Presidente do Laboratório NOVARTIS do Brasil. O Senhor Presidente passa a leitura de expedientes remetidos a esta CPI pelo Sr. Andreas Strakos também convocado a prestar esclarecimentos a esta Comissão no dia de hoje, mediante Requerimento previamente aprovado por unanimidade de seus membros, onde o depoente justifica a sua ausência a esta reunião. O Senhor Presidente mantém a sua convocação para a próxima reunião em data a ser agendada posteriormente. A Presidência informa aos membros que, por motivos justificáveis, a Senadora Marluce Pinto, não se encontra presente momentaneamente e convida o Senador Moreira Mendes para funcionar como Relator "ad hoc" na presente reunião. A Presidência solicita a Secretaria que faça entrar ao recinto da reunião a depoente que já preencheu e assinou o Termo de Compromisso e passa a qualificá-la, após, concede a palavra a depoente para as suas considerações iniciais. Posteriormente, o Presidente passa a palavra ao Sr. Relator para os seus questionamentos. A seguir, o Senhor Relator dirige a palavra a Senadora Marluce Pinto que já se faz presente, se a mesma deseja assumir a Relatoria, a Senadora Marluce agradece e solicita ao Senador Moreira Mendes que dê continuidade a sua atuação como Relator *ad hoc*, uma vez que a Senhora Relatora irá participar de um evento, tendo que se ausentar em seguida. Ao término do depoimento, a depoente entrega a CPI alguns documentos relacionados com o seu depoimento, comprometendo-se a encaminhar a esta Comissão outros documentos que se fizerem necessários a análise da CPI. A Presidência comunica a Sra. Graça Marques que esta Comissão poderá a qualquer tempo reconvocá-la. O Senhor Presidente agradece a presença da depoente pela sua colaboração. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e, para constar, eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação juntamente com as Notas Taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –** Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião da CPI das ONGs, criada por meio do Requerimento nº 22, de 2001, do Senado Federal.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa)

Aprovada a Ata.

A presente reunião destina-se a ouvir a exposição da Sra. Maria das Graças Marques, Presidente do Grupo de Apoio ao Paciente de Câncer, Napacan, e Andres Stracus, Presidente do Laboratório Novartis do Brasil.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

"Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, agradecemos antecipadamente a decisão de V. Ex<sup>a</sup> à nossa solicitação telefônica da data de hoje para que fosse alterada a convocação para depoimento, na CPI das ONGs, agendada para o próximo dia 19 de março, às 17:00, do nosso Presidente, Sr. Andres Stracus, para o nosso Diretor Jurídico, Dr. Nelson A. Mussolini.

Esclarecemos que, com base na justificativa do Requerimento nº 30, de 2001, do Senado Federal, enviada a nós, relativa à matéria publicada pela revista **Época**, o representante da Novartis presente no dia do fórum foi o Dr. Mussolini e não o Dr. Stracus, conforme ata da reunião elaborada pelo Ministério da Saúde e assinada por todos os participantes, cuja cópia segue em anexo.

Dessa forma e para melhor contribuirmos para os trabalhos da Comissão, reiteramos, por esta correspondência, nossa solicitação para que seja aprovada a substituição dos depoentes."

Consultei a assessoria da CPI, que constatou ser impossível a substituição, vez que a convocação foi feita com base em requerimento aprovado pela maioria dos membros da Comissão, portanto, a substituição teria igualmente de ser aprovada por requerimento.

Passo a ler outro Expediente nos seguintes termos: "Sr. Presidente da Comissão CPI das ONGs, tentei entrar em contato, por telefone, esta manhã, para explicar as razões do meu não comparecimento, no dia de hoje, à CPI das ONGs.

Além de estar impedido de comparecer por razões profissionais, não tenho informações relevantes sobre o caso em investigação, dado que, por decisão da empresa, fui excluído de todas as negociações e tratativas referentes ao produto Clivec e as mesmas foram feitas por outro Diretor estatutário da empresa, Dr. Nelson A. Mussoline.

O Dr. Mussoline irá depor e responder a todas as perguntas de V. Ex<sup>a</sup> e nobres Senadores componentes da CPI na reunião de hoje à tarde. Se V. Ex<sup>as</sup>, ainda assim, considerarem indispensável minha presen-

ça, atenderei com todo o prazer a convocação. Reafirmo, entretanto, que não conheço detalhes do caso."

Conforme explicado, como a convocação do Dr. Stracuss foi feita por meio de requerimento aprovado pelo Plenário, será mantida, portanto, iremos convocá-lo para uma próxima reunião, expedindo a comunicação com antecedência.

Comunico também que, por força maior, a Relatora Marluce Pinto foi impedida de estar presente. Portanto, designo o Senador Moreira Mendes para funcionar como Relator *ad hoc* e convido S. Ex<sup>a</sup> a tomar assento à Mesa.

Também convido para compor a Mesa a Sr<sup>a</sup> Maria das Graças Marques, Presidente do Napacan.

Leio o termo de compromisso firmado pela Sr<sup>a</sup> Maria das Graças nos seguintes termos: "Nome completo: Maria das Graças Marques. Identidade e Órgão Expedidor: 11183704/SSP-SP. Idade: 49 anos. CPF: 112871768-95. Estado civil: separada. Endereço residencial: Rua Professor José Horácio Minelis Teixeira, 538. Apt.171, bloco 1. Bairro do Morumbi. Estado de São Paulo. Profissão: Psicoterapeuta. Local onde exerce sua atividade atualmente: em São Paulo, na sede do Napacan, no consultório anexo.

À pergunta se é parente em algum grau da parte envolvida, respondeu que não. A depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber em que lhe for perguntado, não sendo obrigada a depor contra si própria, nos termos do art. 5º, inciso 53, da Constituição Federal.

Inicialmente concedo a palavra à Depoente, Dr.<sup>a</sup> Graça Marques, para que faça as considerações que julgar necessárias e oportunas, antes de passar a palavra ao Senador Moreira Mendes para fazer as perguntas que julgar necessárias.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Obrigada. Boa-tarde, Exm<sup>o</sup>. Sr. Senador Presidente da Mesa, senhores presentes, eu gostaria de dizer algumas palavras, porque penso ser o momento ideal, oportuno. Considero de valor inquestionável o papel das CPIs no Brasil. Sinto-me em uma condição privilegiada por estar podendo colaborar de alguma forma para esclarecer aquilo que for possível, porque nós, no Brasil, estamos vivendo momentos de transparência, e queremos, como cidadãos brasileiros, colaborar minimamente para que possamos viver aqui de forma mais transparente possível.

Como Presidente desta ONG, do Napacan, neste momento, sinto-me constrangida, porque o trabalho que fazemos no Brasil é para melhorar a qualida-

de de vida do paciente com câncer, e mesmo a minha proposta, como pessoa, do momento em que fundamos o Napacan, eu tinha câncer, e eu estava ainda com o braço enfaixado, que hoje está inchado, porque tenho linfedema, eu fazia quimioterapia, radioterapia, eu estava recém-operada, inclusive eu não tinha licença dos meus médicos para estar trabalhando, muito menos estar vindo a Brasília para trabalhar no sentido de formar uma frente parlamentar, com Deputados Federais, mais entendi que o momento era o momento certo para eu parar de olhar para a minha vida, para mim mesma, e, com a minha experiência, poder estar contribuindo para melhorar a vida de outras pessoas, criando um serviço, no Brasil, que pudesse, minimamente – uma gota que fosse de água no oceano –, trazer consciência, educação para a população que tem câncer e que está para além das fronteiras do Sudeste, Senador. Porque sou de Rondônia, e vejo o Brasil do tamanho que é, não um Brasil que tentam nos apresentar, porque vim de lá. Vim de uma situação muito difícil, de uma condição de falta de assistência médica. Minha era enfermeira, e se eu tinha um auxílio, um atendimento era porque o médico era amigo da minha mãe e tinha consideração por ela e podia ajudar. Agora, hoje vivemos um momento diferente. O Brasil cresceu muito, não temos mais o amigo da esquina, o médico conhecido, nem todos são conhecidos na cidade onde vivem, e os pacientes com câncer estão morrendo nas filas, esperando por um atendimento seja ele qual for.

Apenas para os senhores terem uma idéia, um diagnóstico simplesmente, um diagnóstico significa passar por um médico oncologista para saber se aquele tumor, aquele nódulo, aquele caroço na mama daquela senhora é um câncer. Ele leva entre 60 a 90 dias. Se ele descobriu isso em um estágio avançado, é certo que logo estará morto. Passei por isso, vivi isso, acompanho essas pessoas. Dei-me ao trabalho de visitar vários hospitais nos grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, para olhar as pessoas nas filas e ouvir suas histórias, porque não queria que ninguém me contasse. É óbvio que acompanho pesquisas. Sou cientista, envolvida com os assuntos políticos no Brasil, principalmente na área de saúde, mas sempre quis ver ao vivo. Fui lá perto para ouvir do Sr. José, da D. Maria, daquela pessoa pobre que veio do interior procurar um hospital especializado em câncer, o seguinte: não tenho o que comer, não tenho dinheiro para condução nem roupa para vestir. Estou com esse caroço – é assim que o pobre fala – debaixo do braço (ou na barriga) há mais de quatro meses, e o doutor não sabia me dizer o que

era. Agora, vim para cá, estou nessa fila para entrar em outra fila para conseguir um atendimento com o especialista daqui a três meses, se conseguir.

Esse é apenas um pedaço da história do povo que vive essa dificuldade o tempo inteiro há muitos anos. São 290 mil novos casos de câncer a cada ano no Brasil. O Ministério da Saúde tem poucos recursos para atender demandas.

Aproveito o espaço para contar, porque quero pedir ajuda das pessoas que estão nesta Casa, que estou criando, junto com um grupo, um hospital de câncer, em Rondônia. Inicialmente, consegui as terras do Exército para, depois, junto com a associação de Rondônia, desenvolver um projeto e construir o hospital. Por um incidente de percurso, o hospital está parado. Estou trabalhando, junto com o Ministério Público Federal, para levantar algumas questões para investigações. Queremos que esse hospital venha a ser administrado por outra organização para que possamos ter um hospital de câncer, em Rondônia, para atender a população vizinha, que é muito grande e não tem recursos. Tem que ir para Manaus, Belém, São Paulo, Brasília.

Não vou me alongar. Realmente, se tiver que falar, vou acabar contando toda a história, que é muito longa e me sensibiliza e me emociona muito. Lido com isso todos os dias. Ouço depoimentos, recebo cartas e e-mails de todo o Brasil. Trouxe um monte deles aqui. Se os senhores lerem um ou dois, com certeza, o menos sensível desta Casa irá chorar. Estou querendo fazer algo para melhorar a condição de vida dessas pessoas, mas isso é difícil por uma série de razões: o Brasil é grande, somos muito pobres, as atenções são desviadas ou seletivas e elitizadas. As coisas vão ficando complicadas, e o pobre não é ouvido. Sou uma representante do pobre, do povo, que nunca teve voz em cancerologia.

Quando inauguramos esse trabalho aqui em Brasília – a Deputada Tetê Bezerra, presente nesta Casa, é a Presidente da nossa frente parlamentar e nos auxilia muitíssimo nesse trabalho –, estávamos precisando, já naquela época, em 1999, de um hospital oncológico para poder abrigar a população das cidades vizinhas e de outros Estados que precisa do atendimento e não tem onde se hospedar, não tem alimentação, roupa, não tem as mínimas condições. Naquela época, sonhávamos, porque nascemos dentro da Sociedade Brasileira de Cancerologia, que é a primeira entidade de câncer da América Latina e a segunda do mundo. Ela tem mais de 54 anos e é digna de respeito e admiração porque faz um maravilhoso trabalho científico com médicos, enfermeiros, profis-

sionais ligados à área de cancerologia e mesmo as entidades menores que desenvolvem outros suportes. Então, já precisávamos, na verdade, de um projeto muito maior. Mas não tínhamos condições. Então, nós fomos devagarinho, semeando algumas coisas, pedindo auxílio da Frente Parlamentar e trazendo algumas pessoas para Brasília, para criar, por exemplo, o nosso Primeiro **Forum** da cidadania em cancerologia, que ocorreu em Brasília e foi um grande sucesso. A Casa ficou lotada. Nós tivemos 70 entidades de câncer do Brasil participando e se beneficiando do Primeiro **Forum** da Cancerologia no Brasil, que foi criado pelo Napacan – Sociedade Brasileira de Cancerologia e pelo Instituto Nacional do Câncer, com o apoio da Frente Parlamentar da Cancerologia. Tenho, inclusive, o **folder**, o cartaz, desse trabalho que apresentamos aqui. Foi um sucesso absoluto. Lamentavelmente, nós não pudemos continuar esse trabalho por falta de apoio, de verba. O ideal seria que ele fosse um **forum** continuado. A nossa idéia inclusive, chegamos a conversar com vários parceiros em Brasília e com alguns em São Paulo é que esse **forum** fosse continuado, ou seja, que todos os meses houvesse um **forum** da cidadania em cancerologia. Ai, nós discutiríamos a necessidade no Brasil, tanto da classe médica quanto do paciente, a fim de encontrarmos as duas e chegarmos ao meio do caminho e achar uma solução. Lamentavelmente, não pudemos continuar esse **forum** da cidadania em cancerologia. Dele resultou um documento divulgado para o Brasil inteiro.

Eu e mais cinco membros do Napacan tivemos o trabalho de ficar, exaustivamente, em computador, em cima de mesa, colando selo, passando cola, passando saliva, em altas madrugadas, para podermos mandar esta Carta de Brasília, que eu apresentarei para V. Ex<sup>a</sup> e para a Casa daqui a pouco. Ele foi distribuído no Brasil inteiro, contando a importância desse **forum**, as necessidades das entidades de câncer no Brasil, o que estava faltando para que esse **forum** fosse um sucesso mais vezes, que ele fosse maior no Brasil e como fazer para melhorar a condição de existência dessas entidades no Brasil. É a Carta de Brasília. Trata-se de um documento que nós temos, bem como a Deputada Zila Bezerra, e também outros Deputados da Frente Parlamentar, porque eles compartilharam, obviamente.

Esse trabalho pode ser continuado. Quem sabe, Deus não esteja me trazendo para esta situação, hoje, aqui, para que eu possa retomar do ponto onde paramos, que é criar este **forum** e criar condições para criarmos os serviços para as pessoas com cân-

cer no Brasil. Agradeço a oportunidade e estou à disposição de V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Passo a palavra ao Senador Moreira Mendes, que está funcionando como Relator *ad hoc*, para que S. Ex<sup>a</sup> possa fazer as indagações que entender convenientes.

**O SR. MOREIRA MENDES** (PFL – RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Deputada Teté Bezerra, que nos honra com a sua presença. Tenho a informação da Presidência de que V. Ex<sup>a</sup> está envolvida com a criação da Frente Parlamentar, que ajudará os cancerosos do País. Desejo parabenizá-la por essa atitude.

Dr<sup>a</sup> Graça Marques, ouvi com atenção. A senhora é de Rondônia?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Sim, sou de Rondônia. Eu nasci em Porto Velho.

**O SR. MOREIRA MENDES** (PFL – RO) – Pois, é. Eu sou Senador pelo Estado de Rondônia.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Eu sei. Eu nasci na Rua José de Alencar.

**O SR. MOREIRA MENDES** (PFL – RO) – Como é o nome da sua mãe?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Valquíria Ibiapina.

**O SR. MOREIRA MENDES** (PFL – RO) – Muito bem.

Dr<sup>a</sup> Graça, primeiramente, deixo um esclarecimento. O nosso objetivo aqui é apurar a atuação das ONGs no País. Nada contra nenhuma delas, isoladamente. O nosso objetivo é apurar denúncias de que existem desvios na conduta de determinadas ONGs, influenciando, algumas vezes, inclusive, a soberania nacional, sobretudo na Amazônia.

O objetivo principal do convite a V. S<sup>a</sup> aqui é saber qual exatamente é a natureza do relacionamento existente entre o Napacan – Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer, que V. S<sup>a</sup> preside, e o laboratório Novartis. É verdade que o Napacan é patrocinado por esta empresa, a Novartis? Vossa Senhoria poderia especificar para esta Comissão o valor deste patrocínio e qual a sua finalidade?

Este é o primeiro questionamento. Tenho outros a fazer posteriormente.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Pois, não. O Napacan, como eu disse na introdução da minha conversa, aqui na Casa, é, assim como as grandes entidades de câncer no País, apoiada, incentivada e patrocinada pela iniciativa privada. Grande parte desta iniciativa privada é a indústria farmacêuti-

ca. Então, o Napacan também recebe patrocínio da Novartis, assim como da indústria farmacêutica de um modo geral, que é uma das grandes entidades – aliás, seria uma grande injustiça se eu não a citasse aqui.

Quando nós abrimos a primeira sala do Napacan para receber as primeiras pessoas em São Paulo porque eu comecei no fundo do quintal de um consultório de três amigas no Paraíso, nós não tínhamos condições de montar uma sala com fax e com computador, para recebermos as pessoas. Nós escrevíamos à mão. O Drº Milton, Presidente da Biosintética gentilmente, por meio de um amigo comum, veio nos oferecer o primeiro apoio, para montarmos a primeira sala da casa do Napacan a fim de recebermos as primeiras pessoas e darmos continuidade ao projeto.

O nosso projeto principal, Senador, é a educação continuada para o paciente com câncer. Se V. Exª me permite, Senador, o nosso primeiro manual – este está até um pouco rascunhado, pois eu já o estava usando; ele é de 1999, e o senhor mesmo pode ver: ele tem três nomes. O último está pichado, porque nós não recebemos a cópia de patrocínio para pagar a gráfica no dia que ele estava sendo rodado. É de uma distribuidora de medicamentos. Nós retiramos o nome da distribuidora. Mas, se o senhor raspá-lo, poderá ver o nome da distribuidora.

Logo em seguida isso pode ficar à disposição da Mesa, nós continuamos. Isso é um programa de educação continuada no Brasil. Ele não pode parar. Ele foi o primeiro material distribuído ao paciente com câncer. Logo depois, a Novartis, juntamente com outras empresas, vieram patrocinar a expansão da casa do Napacan. A Biosintética nos deu uma primeira sala e nós tínhamos dinheiro para pagar telefone, fax e manter o manual circulando por todo o Brasil, porque isso custa dinheiro. Nós pagamos o selo para distribuir o manual. O pobre não tem nem como mandar o selo para buscar o manual em São Paulo. Lá em Rondônia, no Acre, em Roraima, como ele irá fazer? Então, nós mandamos.

Logo a seguir, vieram a Novartis, a AstraZênica a Roche e outros parceiros, a nossa maior fonte de captação de recursos. Como o senhor pode examinar com cuidado, isso é um folder, um cadastro para pessoa física, a fim de contribuir com os projetos da Casa do Napacan e com as atividades de um modo geral, porque muitas entidades vêm, inclusive, pedir ajuda para a gente. A Novartis, sim, colabora conosco. Ela patrocina projetos do Napacan, assim como patrocinou a criação da casa do Napacan.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – A senhora pode informar o valor deste patrocínio?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Posso. R\$50 mil.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Por mês?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Não. Por ano.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Uma única vez?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Uma única vez. São cotas iguais para todos os patrocinadores.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – A senhora poderia citar, para efeito de registro, quais são os patrocinadores?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – A AstraZênica do Brasil, a Novartis e a Roche, nesta ordem, com o mesmo valor.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Todos eles produzem medicamentos voltados para o combate ao câncer?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Todos.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Deixe-me fazer uma última pergunta. Qual a sua formação profissional?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Eu sou psicoterapeuta; não sou médica.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Consta que a senhora foi paciente oncológica, ou seja, sofreu a doença na própria pele. Aliás, a senhora declarou isso.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Isso.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – A senhora sabe muito bem, portanto, quanto custa a sobrevivência de um cidadão que se encontra nesta circunstância. O preço pretendido pelo fabricante do medicamento chamado Glivec, fabricado pela Novartis – a senhora conhece este medicamento?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Conheço.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – A senhora considera o preço justo, barato e correto?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Qual é o preço citado, Senador?

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Eu não conheço o preço.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES –**

Está bem. Como eu disse, tenho pacientes particulares em meu consultório. Mesmo antes de este medicamento entrar no Brasil, eles já compravam de distribuidoras, de importadoras. Eles pagavam em torno de R\$6.200,00 a R\$6.800,00 a caixa.

Hoje, eu não sei qual o valor desse medicamento, mas sinceramente eu não acho que seja barato. Para a nossa realidade brasileira, não acho que seja barato. Seria insano da minha parte dizer isso. Muitos brasileiros não vão ter condições de comprar esse medicamento. Por isso...

Eu posso me adiantar para completar a minha resposta?

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) –** Pode e deve.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES –**

Está bem. Por isso eu conduzi um abaixo-assinado, no Brasil, o ano passado. Tenho aqui 2.500 assinaturas de pessoas que precisavam desse medicamento no SUS – Sistema Único de Saúde e nós lutamos para que ele fosse registrado e incluído na lista dos essenciais da alta complexidade para o paciente do SUS, o inscrito e cadastrado ali, que estivesse, obviamente, com diagnóstico de leucemia mielóide crônica acompanhado por um médico ou por um serviço médico.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) –** Uma outra pergunta, Dr<sup>a</sup> Graça: A possibilidade de existências de um esquema de **lobbys** atuando em áreas do Ministério da Saúde foi levantada por um episódio envolvendo um chamado A.P.S., que na verdade são as iniciais do nome Alexandre Paes dos Santos. Inclusive, desde outubro de 2001 esse reconhecido lobista está sendo investigado, sob suspeita de ter tentado influenciar a decisão sobre a compra do medicamento Glivec pelo Ministério.

Em que medida tem razão de ser a acusação feita pelo Sr. Ministro da Saúde de que o Napacan fez parte desse **lobby** montado pelo Laboratório Novartis pela rápida liberação do medicamento já referido no mercado brasileiro?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES –**

Senador, na ocasião do escândalo – acompanhei-o pela imprensa – da agenda do seu A.P.S., eu particularmente estava em um simpósio em Salvador. Digo a V. Ex<sup>a</sup> que fiquei indignada. Senti-me uma formiguinha, uma estúpida. Senti-me como um paciente com câncer, sozinho, no Brasil, levantando uma bandeira, lutando para trazer o atendimento necessário para o paciente com leucemia mielóide crônica.

Senador, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, falarei um pouco sobre esta doença para a Casa. A leucemia mielóide crônica é um tipo de câncer tão miserável e desgraçado que dependendo da ocasião que se faz o diagnóstico, o paciente não tem tempo nem de decidir se vive ou morre. É muito rápido. E as condições do tratamento do paciente com tal doença não são as melhores, porque os medicamentos em geral trazem muito sofrimento, muito efeito colateral.

Então, vejam: nós, os pacientes, estávamos lutando pela inclusão do medicamento na alta complexidade do SUS. A conotação é uma: a inclusão na alta complexidade do SUS. E eu fiquei sabendo, por meio da imprensa, que um lobista estava trabalhando para agilizar o processo, ou seja lá o que for. Fiquei muito decepcionada porque pensei: o que estou fazendo na Avenida Paulista, sozinha, tomando chuva, com 10 ou 15 pacientes, familiares, simpatizantes, andando pelo interior de São Paulo, por outros Estados para colher assinaturas a fim de conseguirmos, no Ministério da Saúde, que esse medicamento fosse registrado e incluso na lista dos essenciais da alta complexidade?

De repente, acontece algo como isso. Existe um esquema? Eu não posso acreditar em algo assim. Eu me recuso a acreditar. Porque me considero minimamente inteligente. Como eu não podia pensar nisso? Achei tão absurdo que não pude acreditar que fosse isso. Mas depois a imprensa continuou noticiando, as evidências apontaram para esse lado.

Eu mesma me encontrei com o Ministro Serra. Tivemos a oportunidade de nos encontrar dia 6 de janeiro, no Aeroporto de Cumbica. Ele vinha de um lugar, eu, de outro, e conversamos ali uns 15 minutos. Eu disse para ele: Ministro, fiquei chocada com essa história toda. Como podemos evitar uma situação como essa?

Eu tenho uma inspiração, nesse momento. Se pudéssemos ter acesso a um processo transparente, Senador, de registro de medicamento no Brasil, evitaríamos...

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) –** O processo não é transparente?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES –**

Não, acredito que poderiam ser criados conselhos para que acompanhassem o caminho e a indicação dos medicamentos de um modo em geral para o seu registro e para a sua utilização, levando em conta tudo: aquilo que a Camed, a Capeme e a Anvisa falam e que sabemos. Acompanho, estou interessada porque pago imposto também. Então tenho medo disso, o senhor sabe. Veja: para não termos que enfrentar

uma névoa de dificuldade para depois vender facilidade e algumas pessoas serem usadas e sofrerem pressões, a tal da indústria da difamação que está havendo no Brasil, sabemos dela e está nas revistas – a **Veja** está falando disso esta semana. Estamos morrendo de vergonha, porque a cada semana é uma dificuldade que aparece. Agora, na saúde, é mais difícil ainda porque o paciente precisa do medicamento.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Então a senhora acha que – quero insistir nessa posição – por conta dessa falta de transparência na análise dos medicamentos é que leva a essa questão dessa tal névoa que a senhora se refere aí? O processo não está correto? Existe alguma coisa por traz dessa cortina?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Não, eu não disse isso e não pretendo dizer. Eu vejo assim: a Universidade de Harvard veio me entrevistar para fazer justamente um trabalho de apuração de pesquisa para saber como é a distribuição do medicamento para o paciente no Brasil. Veja que a Universidade de Harvard tem um papel importante no mundo científico e veio entrevistar o Napacan para ver como isso se dá, e pedimos – tenho a resposta da carta de Harvard, posso apresentá-la para os senhores – que no Brasil pudesse ser criado um conselho ou vários deles na alta complexidade do SUS para que pessoas acompanhassem o processo de registro de todo o medicamento, seja ele para calo seco ou para câncer. Para quê? Para que todo mundo – quer dizer, esses representantes do povo, é claro – visse o que está acontecendo, o porquê da demora, porque se está batendo numa tecla se esse medicamento é muito caro para o nosso bolso, porque ele está sendo indicado para calo seco, para artrite, para reumatismo, para câncer também. Vamos ver tudo isso e vamos fazer um trabalho limpo e ético e facilitar a vida das autoridades e nossa também, da saúde; ninguém sofreria, ambas as partes poderiam fazer um trabalho confortavelmente. Mas eu lhe digo que não acho que o medicamento seja barato, Senador.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Senador Presidente, antes de continuar eu queria registrar que a Senadora Marluce Pinto, que é a Relatora, já se encontra presente, e se ela quer assumir a relatoria ou se posso continuar fazendo as perguntas para não perder esse raciocínio aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti)** – A Senadora Marluce Pinto pode-se manifestar.

**A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR)** – Pode continuar, Senador, até porque não sei se os no-

bres Senadores estão sabendo que hoje é o dia que foi escolhido para se fazer uma homenagem às funcionárias do Senado e da Câmara. Fui escolhida para falar. Logo mais deverei estar me ausentando. Então vou ficar até quando for possível e com o maior prazer de estar sendo substituída, muito bem representada, pelo nobre Senador Moreira Mendes.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Dr<sup>a</sup> Graça, lamentavelmente, tenho que cutucar com vara curta porque o nosso objetivo aqui é botar a limpo determinadas questões. Consta que a ONG presidida por V. S<sup>a</sup>, o Napacan, intentou uma ação civil pública contra o Ministério da Saúde e a Anvisa, com o objetivo de forçá-los a colocar no mercado determinados medicamentos dentro da linha de produtos adquiridos pelo SUS à disposição dos doentes com câncer.

Procede essa informação?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Não foi bem forçar, Senador, se V. Ex<sup>a</sup> me permite. Entramos com uma ação civil para exigir que a Anvisa avaliasse e registrasse o medicamento no tempo necessário para salvar as vidas.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Qual é o nome do medicamento?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Glivec.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Glivec?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Isso.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Exigir e forçar dá, mais ou menos, na mesma coisa.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Ok.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Feita a primeira pergunta, quero passar à segunda.

Consta que, com relação ao produto, inicialmente, a senhora mesma respondeu que ele, estava sendo vendido por volta de R\$4.500,00, é isso?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Quando para o particular, na ocasião, alguns pacientes estavam pagando em torno ... oscilava dependendo da importadora em São Paulo ou no Rio de Janeiro.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Exatamente. Qualquer coisa por volta de US\$2.400?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Isso.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – E aí o Ministério passou a comprar esse medicamento por US\$1.620?

Portanto, bem mais barato do que vinha sendo comprado antes?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Sim, que estava sendo distribuído.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – E imediatamente após essa tomada de posição do Ministério, o Napacam desistiu da demanda, da ação civil. A senhora confirma isso? Desistiu do prosseguimento da ação?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – O Napacam retirou, ou seja, pediu para os advogados retirarem a ação, porque perdeu o seu objeto, Senador.

Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, quando nós pedimos o registro e a inclusão do medicamento na alta complexidade, nós o fizemos porque havia sido feito um pedido para registro desse medicamento em junho do ano passado, em 2001, e o Ministério da Saúde não deu resposta, até que o Napacam entrou com os pacientes pedindo a liberação desse medicamento.

Eu mesma vim a Brasília para conversar com o Sr. Ministro da Saúde naquela ocasião, e S. Ex<sup>a</sup> não me recebeu.

Fiz um movimento, uma passeada, com as faixas dizendo "Paciente com leucemia mielóide crônica está precisando do medicamento", "Ele precisa de vida", enfim, alguma coisa assim.

Em seguida, entramos com uma ação, porque o Ministério não respondia aos pedidos. Não respondia, não respondia e não respondia.

Bom, então, resolvemos entrar com uma ação pedindo o medicamento para o paciente, desde que ele fosse incluso na alta complexidade do SUS, porque o meu objetivo é o paciente que está no hospital público, está certo?

Então, do momento que o medicamento foi registrado... E veja que, pelo que a imprensa noticiou, Senador, temos informação de que o medicamento foi oferecido a um preço "x" logo no início e foi fechado por esse preço mesmo final. Os jornais noticiaram isso, e tenho cópias desses jornais.

Então, vejam, estava coerente, estava no caminho certo. A demora criou espaço, inclusive, para esse escândalo todo que houve no Brasil por conta do registro desse medicamento. A demora, a longa demora, a exaustiva demora de cinco meses criou espaço, inclusive, para lobista como esse senhor que é citado na imprensa fazer alguma coisa – que não sabe-

mos exatamente se ele fez, ou por que fez ou para quem fez. Mas, enfim, todo esse escândalo acabou sendo o fruto de uma longa demora, exaustiva demora, enquanto o paciente com leucemia morria. E muitos morreram, muitos não estão aqui para contar a história.

E o medicamento, finalmente, foi registrado.

Do momento em que ele foi registrado... Tenho as cartas aqui. Eu as trouxe para apresentar para a Mesa. Antes de sair essa nota na revista **Época**, eu já havia mandado uma carta para o Leite & Tosto, que são os nossos advogados, pedindo para cancelar a ação civil, porque seria deselegante manter essa ação, seria burrice manter essa ação, se o objeto da ação tinha-se perdido.

Então, resolvemos desistir da ação.

Agora, quando eu soube, por intermédio da Joyce Pascowitch, que é a jornalista que, de uma forma irresponsável, fez uma afirmação como essa para uma revista de grande circulação, como é o caso da **Época**, comprometendo a imagem do Napacam, da entidade e da indústria farmacêutica, fazendo uma afirmação caluniosa, eu, imediatamente, escrevi uma carta para o Redator da Revista – tenho essa carta na íntegra – dizendo exatamente o que aconteceu.

O que o Sr. Redator da revista **Época** fez? Ele publicou a metade da carta. Só que essa carta foi publicada no mesmo dia, no **site** do Napacam.

Está lá, porque todo programa de computador – não sei se V. Ex<sup>as</sup> sabem disso –, alguns poderão saber, na hora em que se mexe no programa fica registrada a data da última atualização. Isso poderá ser conferido. Foi publicado.

Por que a revista não publicou a carta na íntegra?

Porque queria vender difamação, Senadores. É a coisa mais fácil de se fazer no Brasil, ainda mais para quem tem visibilidade. E realmente acabei ganhando visibilidade lutando por uma causa como essa. É natural. A imprensa acabou, de alguma maneira, se utilizando, um lado da imprensa de uma forma muito positiva, porque ajudou bastante, e um outro lado da imprensa de forma negativa. Agora, fiquei no meio, estou sendo bombardeada com essa história. Mas a carta está aqui, e o documento de cancelamento da ação civil está aqui. Ninguém pode me mandar cancelar ação nenhuma, ninguém, em hipótese alguma, nunca fez e nunca fará. Retirei a ação porque achei que era cabível, era, no mínimo inteligente da minha parte. Pronto, o nosso alvo foi atingido. Vamos,



graças a Deus, distribuir o medicamento para o paciente com câncer nos hospitais do SUS.

Agora, estou lutando para ter o medicamento no SUS, que ainda não chegou. As portarias foram publicadas, estou com todas elas, orientando os nossos pacientes para se inscreverem em todos os hospitais do SUS, toda a semana.

Até agora quem recebeu medicamento pelo SUS, recebeu com mandado de segurança, porque não há medicamento.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Como última pergunta relacionada ao tema específico, a senhora não acha que esse fato, a coincidência das datas da ação civil pública proposta, da desistência da ação, não poderia levar a uma conclusão de que houve um entendimento entre a Novartis e a ONG?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Poderia ter gerado sim essa impressão, e acho que é muito fácil as pessoas associarem. Acontece que li o pedaço da ata do Ministério da Saúde que diz para Novartis comunicar ao Napacan – quero corrigir aqui na Casa que é o Napacan, Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer – que retirasse a ação. Quando vi aquilo achei um abuso. Como comunicar ao Napacan para retirar a ação? Se eu quisesse continuar com essa ação eu teria continuado. Posso, inclusive, abrir uma outra.

Porque eu pedia nessa ação, se V. Ex.<sup>as</sup> lerem o texto da petição, V. Ex.<sup>as</sup> vão ver que estamos pedindo indenização por prejuízos seriíssimos na vida de muitos pacientes com leucemia durante o período de espera para receber o medicamento pelo SUS. Estávamos pedindo indenização, mas como no Brasil a gente se arrasta, sofre para conseguir alguma coisa, quando entramos com uma ação como esta, pedimos duas ou três e conseguimos uma, ajoelhamos e rezamos, graças a Deus, não vamos brigar, nosso negócio não é briga, nosso negócio é saúde. Agora, mandar o Napacan retirar a ação, não. Alguém poderá dizer isso. Mas, como é que pode ser feito isso? Como é que podemos tirar a limpo isso. Como podemos provar? Porque mandar retirar não mandaram. Eu mandei retirar, pedi para o meu advogado, está aqui a carta que peço, conversei com ele pessoalmente para saber e perguntei ao Dr. Ricardo se ele não achava que seria viável continuarmos com esta ação para pedirmos indenização pelos danos que os pacientes sofreram.

Ele me aconselhou dizendo que seria melhor que ponderássemos, que esperássemos mais uns meses, para verificarmos se esse medicamento seria

distribuído pelo SUS como eu sonhava, que aguardássemos o andar da carruagem para o ano de 2002, e depois voltaríamos a falar no assunto.

Concordei, sou orientada por ele, confio plenamente nele. Para mim estava certo, não precisava continuar brigando. Agora, a Novartis mandar o Napacan retirar a ação, em hipótese alguma, Senador. Até porque a Novartis não faria isso.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Sr. Presidente, estou satisfeito com as respostas.

Quero apenas fazer uma última pergunta, mas muito mais regionalizada para a nossa Rondônia, para Porto Velho.

Qual foi o programa do Hospital do Câncer em Porto Velho?

Porque ele é uma realidade. Aquilo foi uma luta de toda a comunidade que se envolveu, todo mundo colaborou, várias entidades, vários movimentos da sociedade foram feitos para angariar fundos e ele está lá construído, mas inacabado, em fase de acabamento.

Mas o que houve, sou cidadão de lá e não estou sabendo?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> soubesse, inclusive, vou deixar com V. Ex.<sup>a</sup> o material porque depois quero lhe pedir ajuda.

Vou voltar a Porto Velho para tentar resolver esse assunto.

Fui ao Ministério Público Federal a pedido de vários médicos de Rondônia e de populares para verificar o que a Arecan estava fazendo com a licença e a verba para construir o hospital, uma vez que eles haviam recebido R\$1 milhão para tal finalidade. Na ocasião do convite para participar deste projeto, pedi as terras do Exército em Brasília. Pela facilidade da Frente Parlamentar, com a Deputada Tetê, que sempre está ajudando, e de outros voluntários que estão ligados a nós em Brasília, conseguimos em seis dias chegar ao documento e à sua assinatura pela autoridade que deveria fazê-lo. O empréstimo foi feito como um comodato para construção do hospital.

A partir daquele momento, o hospital começou a ser erguido, mas algumas irregularidades começaram a surgir e começaram a me ligar. Eu dizia: "Não dá para eu administrar tudo, gente, pois estou em São Paulo e Rondônia é longe. Chamem um deputado, um senador, peçam socorro, gritem, coloquem faixa na rua." Até que não deu, Senador e tive que ir.

Houve suspeita de desvio de verba, que estamos apurando – não sei de nada, ainda, mas está no

Ministério Público Federal –, de que o hospital esteja sendo construído do lado errado das terras – pois o Exército nos cedeu uma e eles estão construindo do outro lado, ou seja, uma hora o Exército dirá: "Mas este hospital aqui é meu. Vocês estão construindo no lugar errado, está aqui o documento." Por quê? Porque eles começaram a construir sem a licença do Quinto Batalhão de Engenharia de Construção. Já acho isso uma coisa erradíssima; o primeiro tijolo no chão, com o documento na mão. Não tem, espera. "Não, mas porque não sei quem vai facilitar" – aquela coisa do "vamos passar com a carroça na frente dos bois."

Depois disso, a questão de alguns médico alegando que estavam sendo pressionados pela população porque estava sendo construída uma casa de apoio e não um hospital. Em função disso, pedi o projeto do hospital e me negaram o seu fornecimento, assim como para as autoridades.

O projeto que está no Ministério Público Federal não é de um hospital oncológico. Eu descrevo para os senhores, pela da lei dos Cacons, o que é um hospital oncológico. Aquela é uma casa de apoio que dará prejuízo para o Governo, vai sair do meu e do nosso bolso, e quero rever isso, junto, obviamente, com as autoridades e com a população, para realmente fazermos um hospital oncológico que sirva a população.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Perfeito. Sr. Presidente, agradeço e coloco-me à disposição da doutora, depois, para verificarmos essa questão isolada de Porto Velho, pois aqui não é o ambiente para dela tratar.

Nenhuma pergunta a mais.

**O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti)** – Alguma pergunta, Senadora Marluce?

**A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR)** – Sr. Presidente, nobre Senador Moreira Mendes, Dr<sup>a</sup> Graça, não tenho perguntas a fazer porque, após haver chegado a esta Comissão, ouvi as perguntas do Senador Moreira Mendes e, infelizmente, não ouvi a sua exposição. Pegarei as notas taquigráficas para que possa me inteirar.

Tive uma audiência que já havia sido marcada há mais de uma semana e terei que me ausentar porque, como já falei anteriormente, em decorrência de ser o mês de março, hoje é o dia em que iremos homenagear as funcionárias das duas Casas.

Apenas gostaria de perguntar à Dr<sup>a</sup> Graça, não sei se o Senador Moreira Mendes já o fez, se há algum patrocínio do laboratório com as ONGs.

#### **A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES –**

Sim, eu respondi. Nós recebemos apoio da indústria farmacêutica, de pessoas físicas – o **folder** está aqui para os que queiram preencher o cadastro para doações – como ex-pacientes, familiares e simpatizantes, e da iniciativa privada de modo geral. É claro que uma fábrica de pneus não tem um grande interesse em apoiar uma entidade que ajuda pacientes com câncer.

Existe uma responsabilidade social, Senadora, que é de fundamental importância que a população saiba. A indústria farmacêutica instalada em um país, nele tem que investir socialmente, tem que desenvolver projetos sociais e educacionais para aquela população porque é antiético não fazê-lo. Esse é um acordo porque ela está recebendo benefício desta terra, desta Pátria, eles estão lucrando. É claro que eles estão investindo, principalmente por eu ser da área de saúde, conheço esse papel importante da pesquisa científica que, lamentavelmente, aqui no Brasil, ainda não a desenvolvemos de forma satisfatória. Quisera fosse assim não teríamos mais problemas com a indústria farmacêutica multinacional – se é que temos algum. Mas vejam: a indústria farmacêutica investe milhões de dólares em pesquisa para desenvolver um medicamento para salvar vidas. Se ela vai trabalhar em alguma nação, ela tem que investir socialmente porque a imagem da indústria farmacêutica é muito ruim. E a imprensa, às vezes, de forma inadvertida, acaba forçando um ponto ali que arreventa mesmo, porque a imagem da indústria farmacêutica é péssima. A da Souza Cruz, que produz câncer, não é. A indústria do cigarro não tem essa imagem tão horrível como tem a indústria farmacêutica. A indústria farmacêutica a tem, e a gente anda de "salto alto" o tempo inteiro. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> lesse uma das cartas – o Senador Mozarildo Cavalcanti a fará chegar até V. Ex<sup>a</sup>, porque as mandei para todos os Senadores e Deputados – contando qual é o significado da relação das entidades de câncer com a indústria farmacêutica, do ponto de vista social, político e ético. Vou deixar esta carta à disposição de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR)** – Senador Mozarildo Cavalcanti, creio que a assessoria de V. Ex<sup>a</sup> deve ter feito as devidas anotações, por isso, eu farei um requerimento, e já o faço verbalmente, no sentido de convidar também o Dr. Ricardo Tosto, cujo nome foi citado pela Dr<sup>a</sup> Graça, para vir à Comissão. Creio que seria interessante que ambos viessem juntos, o que seria mais salutar, mas como isso não foi possível, que S. S<sup>a</sup> pudesse comparecer a esta Comissão, já que ele é brasileiro e mora no Brasil.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Ele é brasileiro. Inclusive o Dr. José Roberto o está representando como advogado.

O Dr. Ricardo Tosto, que intentou a ação em São Paulo é outro; ele é o representante aqui em Brasília e está me acompanhando.

**A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR)** – Então, S. S<sup>a</sup> pode ser o representante, já que mora aqui em Brasília.

Senador Mozarildo Cavalcanti, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> registrasse, porque, infelizmente, se não fosse esta sessão solene, eu ficaria para interrogá-lo. No entanto, fica mais fácil com S. S<sup>a</sup> morando aqui em Brasília. Mas creio que na próxima reunião, na CPI das ONGs, possamos interrogá-lo.

Agradeço a presença de todos e peço desculpas por ter de me ausentar.

**O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti)** – Dr<sup>a</sup> Graça, tendo V. S<sup>a</sup> ouvido o Relator *ad hoc* e também a Senadora Marluce Pinto, a Relatora oficial, eu, como Presidente desta Comissão, quero dizer-lhe que sou médico, e, portanto, compreendo muito bem a luta de entidades comuns. E, como disse o Senador Moreira Mendes, estamos bastante preocupados justamente com a atuação e as ligações de algumas Organizações Não-Governamentais no País.

Evidentemente que as notícias veiculadas pela imprensa, deformadas ou não, e as denúncias que nos chegam, nos procuramos esclarecê-las. Não existe um prévio julgamento. Ao contrário. No caso específico do câncer, eu, como médico, senti na pele esse problema, porque minha mãe foi operada, ano passado, de câncer de mama. Portanto, a sua causa é nobre.

No entanto, estamos tentando entender coisas que ficarão no ar. Por exemplo, a questão da Ata da reunião realizada no dia 20 de setembro de 2001, no Ministério da Saúde, com a participação de vários representantes do Ministério da Saúde e pelo menos dois representantes da Novartis – aliás, há um terceiro representante da Novartis que não está com o seu nome impresso; existe a assinatura dele, mas não consta o nome do cidadão embaixo, embora depois fora colocado à mão. Então, nesta Ata, em seu item "a" estabelece que Novartis venderá aos hospitais integrante do SUS, o produto Glivec, com 120 comprimidos de 100mg, ao preço de R\$4.050,00 para pacientes com indicações médicas estabelecidas em protocolos a serem publicados pela Secretaria de Assistência de Saúde do Ministério da Saúde, e, depois, manter o programa de acesso expandido em anda-

mento até 28 de fevereiro de 2002. Não aparece aqui. Eu gostaria de saber se a Secretaria tem a ata original.

Último item. A Novartis, como terceiro interessado, ingressará no processo movido pelo Napacan, indicando perda de objeto da ação judicial, haja vista a celebração do presente acordo.

Gostaríamos, Dr<sup>a</sup> Graça, de ter esses esclarecimentos. A senhora disse, no seu depoimento, que as portarias foram assinadas, os documentos foram assinados e o medicamento não está disponível para os pacientes. É verdade?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – É verdade, não está disponível. Tenho cartas aqui que demonstram isso.

**O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti)** – Fiquei com uma dúvida, pelo seu depoimento e pelos documentos de que já dispomos – inclusive peço que a senhora deixe os documentos que possam contribuir para esclarecer. Esta reunião é fruto justamente da ação que a senhora desenvolveu para obter o registro do medicamento e o acesso ao mesmo pelo paciente pobre do SUS. Esse objetivo não foi atingido, segundo informação de V. S<sup>a</sup>.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Não.

**O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti)** – Esse é um ponto fundamental.

Por fim, ainda, vamos ouvir a Novartis a respeito do fato de ela entrar como terceiro interessado no processo movido pelo Napacan, indicando perda de objeto. Entendo que o Napacan desistir da ação porque tenha achado que atingiu o objeto é corretíssimo. Entretanto, não entendo como justamente o laboratório farmacêutico esteja entrando como terceiro interessado. É um caso para a nossa assessoria jurídica analisar e que gostaríamos de ver esclarecido.

É evidente que a pergunta que eu faria perde a finalidade. Ou seja, o Ministério da Saúde teria obtido um desconto de 33% do laboratório nessa negociação, baixou o preço, em dólar, de US\$2.400 para US\$1.620. Se o medicamento não está chegando ao paciente, tudo isso aqui não passou, infelizmente, de um processo que não ajudou em nada nem à sua causa e muito menos aos pacientes com câncer.

Eu gostaria, portanto, de deixar essas indagações. Se S. S<sup>a</sup> não puder esclarecê-las, que fiquem registradas, pois vamos convocar o representante da Novartis para que nos dê esses e outros esclarecimentos que sejam necessários à elucidação desse caso. Veja a senhora, como depreendi de seu depoi-

mento, o objetivo, neste caso, é justamente o doente de uma enfermidade gravíssima. Não é apenas a preocupação com uma ação do próprio Ministério, que assina uma ata, assinada pelo laboratório, de que vai vender. Aqui diz que deverá vender, e não vendeu até hoje, pelo que consta. Isso é o que queremos esclarecer nesse episódio. Vamos deixar com o Senador Moreira Mendes essa questão do hospital, que é muito mais regional.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Já estou até separando o material aqui para o Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Passo a palavra para V. S.<sup>a</sup> para aduzir aquilo que achar necessário, principalmente nesse questionamento que fiz.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Claro, com o maior prazer, Senador.

Gostaria muito de continuar tratando desse assunto por horas e horas. Considero-me uma pessoa muito bem informada a respeito desse trabalho que faço e da importância dos nossos parceiros. Agora, sei também que temos um tempo e a Casa está aqui à nossa disposição – agradeço pela presença das pessoas. Esse esclarecimento é de fundamental importância para o Napacan, para o paciente com câncer.

A Novartis não poderia ser, como V. Ex.<sup>a</sup> disse, a terceira parte interessada, jamais, em tempo algum. Essa ação é do paciente com câncer. Essa ação é do Napacan. Tostes Barros intentou essa ação.

Fui lá pedir, mendigar, passar o chapéu, porque eu não tinha dinheiro e a Associação não tem dinheiro para pagar advogado. Então, eu fui lá. Pedi ao Dr. Ricardo e à Dr.<sup>a</sup> Sandra, os dois amigos que eu tenho lá, que, por favor, nos ajudassem, porque precisávamos fazer alguma coisa legal, no Brasil, para socorrer essa causa. Levei o abaixo-assinado para eles – duas mil e quinhentas assinaturas. São pessoas pedindo pelo amor de Deus. Nem todas as assinaturas são do próprio paciente, mas de pessoas que compartilham da idéia. Alguns não podem nem se mexer ou sair de casa, Senador.

Para que V. Ex.<sup>a</sup> possa ter idéia do quadro de uma paciente com LMC, ela já não podia mais ir ao banheiro andando; tinha que ser levada no colo, porque nem cadeira de rodas ela tinha, tão pobre que era. Quando ela entrou para o protocolo de pesquisa – porque nós temos de mostrar o lado bom do STI, que hoje é o Glivec – essa moça, em questão de três meses, tomando as doses prescritas pelo médico do Serviço de Hematologia do Centro Oncológico, já conseguia levar o lixo da cozinha para o quintal de

sua casa. Ela deu esse depoimento para o SBT, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Imaginem a felicidade dela! Então, vejam que o benefício é grande para o paciente que recebe esse medicamento.

Eu não estou, aqui, defendendo a tese de que o medicamento deve ou não ser vendido. Não é isso. Meu papel não é esse. Eu não tenho nada a ver com isso. A minha luta é pelo paciente. Eu quero que ele receba. Eu vou deixar, inclusive, os e-mails para que V. Ex.<sup>a</sup>s tenham uma idéia de como os pacientes me procuram, pedindo socorro para receber o medicamento.

A última data que eu tenho é 15 de março, agora. "Dr.<sup>a</sup> Graça, acabou o protocolo. Eu só tenho remédio para mais vinte dias. A senhora pode me dizer, pelo amor de Deus, onde eu vou encontrar o Glivec, porque eu já andei nos hospitais do SUS e não há previsão para distribuição do Glivec?"

Senador, eu estou me sentindo obrigada – eu não estou dizendo que vou fazer –, tenho o dever, agora, de dar continuidade a esse processo. O paciente está pedindo, pelo amor de Deus, e eu vou ter de conseguir o medicamento para o paciente pobre por meio de um mandado de segurança, Senador. Eu não posso ficar de braços cruzados, esperando o medicamento chegar ao SUS, no final do mês de maio, no final do mês de junho e em alguns hospitais. V. Ex.<sup>a</sup>, como médico, conhece essa realidade. Os grandes centros, talvez, tenham o medicamento; os outros não, Senador. Quando é que uma pessoa da nossa região vai receber esse medicamento? Quando ela tiver condições de inscrever-se em um hospital em São Paulo e possa hospedar-se em algum lugar em São Paulo para receber o medicamento.

Primeiro, vale a pena citar aqui, para documentar, que para se inscrever no hospital do SUS, o indivíduo tem que morar naquele Município. Então, ele não vai ter como receber o medicamento, meu Deus!, se no Município dele não for distribuído o Glivec...

Um procurador do Ministério Público Estadual, em Mato Grosso do Sul, me pediu ajuda para conseguir medicamento para um grupo de dez, quinze pacientes que se encontravam nessas condições, por meio de um mandado de segurança.

Não pode haver, de maneira alguma, Novartis como sendo terceira interessada – não sei exatamente qual é o termo. Eu fico até aflita com essa história, mas a Novartis deve ter a sua história para contar, o papel social que está cumprindo. Eu não acho que seja errado, é um papel social importante. Está desenvolvendo uma droga importante.

Eu não estou preocupada se vai vender ou não vai vender, porque eu não estou lutando por quem vai comprar. Quem vai comprar, Senador, já compra. Paciente que pode comprar já está comprando de importadora desde julho, quando saiu a primeira matéria no SBT no Brasil, em São Paulo. Estão comprando de importadoras, que mandam entregar na casa do paciente. Esse não é o meu problema, Senador, nem é da minha conta, não estou interessada. Estou interessada no paciente pobre.

Muito obrigada.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Sr. Presidente, penso que está encerrado o depoimento e a fase das perguntas à ilustre depoente, convidada de hoje, Dr<sup>a</sup> Graça Marques. Quero, pela ordem, fazer um registro nesta CPI.

Concluimos, no último dia 5, em Porto Velho, uma série de audiências públicas que se realizaram sob a direção do Ibama no Amazonas e em Rondônia, nas cidades de Coari, Tapauá, Canutama, Lábrea, Humaitá e Porto Velho. Nessas audiências discutiu-se o EIA-RIMA e o gasoduto – esta tão importante e necessária obra que ligará a bacia sedimentar de Urucu, onde se produz muito gás que hoje é reinjetado nos poços, jogado fora e queimado, com seríssimos prejuízos para o Brasil, a Porto Velho, numa extensão de 512 quilômetros.

Essas audiências públicas, além de necessárias, são uma imposição legal e foram realizadas com amplas discussões e amplos debates, o que avalio ser absolutamente justo e correto. Estavam lá comunidades indígenas, a Comissão Pastoral da Terra, os Amigos da Terra e várias Ongs. O importante é que o assunto tem que ser amplamente discutido para ficar muito claro.

Quero registrar hoje nesta nossa reunião da CPI das Ongs algo que me chamou muito a atenção. Ao participar da última audiência pública, qual não foi a minha surpresa ao constatar que dois estrangeiros, um alemão e um americano que mal falavam português, estavam comandando todas as Ongs – ou a maioria delas –, inclusive a Comissão Pastoral da Terra, no direcionamento das perguntas, no posicionamento dentro do recinto da audiência pública. Chegaram ao requinte de comandar inclusive protestos. Diziam: “É hora do protesto” e todo mundo levantava, depois se abaixava. Isso é algo absurdo: dois estrangeiros comandando brasileiros na discussão de um assunto que cabe única e exclusivamente a nós e a mais ninguém. Não tenho todos os dados, todas as informações neste momento, mas vou, na próxima reu-

nião da comissão, requerer que seja oficiada a Polícia Federal para esclarecimentos.

É esta questão, portanto, que quero abordar. Hoje a estou apenas registrando; na próxima reunião trarei todos os dados, inclusive o nome dos dois cidadãos, cuja permanência no País não sei se é regular. Um deles é Dieter Gawora, o alemão, e o americano é Phillip Farmside. O alemão é muito mais ouriçado, muito mais contestador; o americano, nem tanto.

Faço esse registro porque esse fato me causou, primeiro, uma indignação muito grande, pois este é um assunto nosso e só interessa a nós brasileiros – interessa, mais verdadeiramente, a nós, amazônidas, interessa ao povo do Amazonas, ao povo de Rondônia, ao povo do Acre, porque nós é que vamos ser beneficiados. A riqueza que está lá dentro é nossa, não é deles. Eles deviam cuidar da Floresta Negra da Alemanha ou da floresta americana, não têm nada que se meter com este assunto, que é interno, nosso. Registro, portanto, essa minha surpresa e indignação pelo fato de essas pessoas estarem lá e comandando.

Mas há mais, Sr. Presidente. Essas audiências públicas foram realizadas em locais de difícil acesso – Porto Velho e Humaitá, nem tanto, mas Lábrea, Canutama, Tapauá, Coari, são localidades de difícil acesso, como sabe Ex<sup>a</sup>, que é da Amazônia – e enquanto a Petrobrás, a Gaspetro, a Rongás, as entidades interessadas, fizeram todo o percurso de barco, às vezes demorando dois ou três dias para irem de uma localidade a outra, todas as pessoas envolvidas com essas Ongs e comandadas por esse alemão fizeram o percurso de avião. De avião, hotel cinco estrelas, com tudo que têm direito. Sorte dos brasileiros que os índios, as comunidades tradicionais tiveram esse benefício que os outros não tiveram. Eles tiveram que ir por barco. Mas quem pagou isso? Essa é a questão. De onde saiu o dinheiro para pagar todo esse movimento? Esse movimento tinha um único objetivo claro e isso foi demonstrado em todas as audiências: inviabilizar a construção do gasoduto. Toda a defesa que fizeram, durante todo o tempo, foi no sentido de inviabilizar a construção do gasoduto. Ou seja, vamos continuar – essa é a proposta deles – enterrando o nosso gás, perdendo essa riqueza que é nossa, por conta dessa áurea, como disse a Dr<sup>a</sup> Graça, essa névoa de meio ambiente. E que, na verdade, de meio ambiente não há nada. O objetivo deles é outro: impedir o nosso desenvolvimento.

Assim, quero fazer aqui este registro, este protesto, para marcar a minha indignação. Depois vou apresentar dados à CPI para que se possa cobrar da Polícia Federal informações a respeito desses dois ci-

dados, a fim de que se possa saber o que eles estão fazendo no Brasil e de onde veio o dinheiro para propiciar a locomoção de todo esse pessoal. A Petrobras, por exemplo, não teve dinheiro para levar todo mundo de avião, mas eles tiveram.

Este era o registro que queria fazer, antes que V. Ex<sup>a</sup> encerrasse os trabalhos da CPI das ONG's.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Queremos agradecer à Dr<sup>a</sup> Maria das Graças Marques pela sua presença e dizer que os esclarecimentos que aqui prestou vão contribuir muito para que possamos esclarecer esse episódio.

Esperamos, também, poder formar uma opinião a respeito após ouvir o representante do Laboratório Novartis e, se for necessário, convidá-la novamente para prestar algum esclarecimento ou para fazê-lo por intermédio de alguma correspondência. De qualquer forma, todos os documentos que puder nos deixar para nos auxiliar nesse trabalho são importantes.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS MARQUES** – Estou à disposição da Comissão, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a todos pela presença.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 18h37min.)*

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,  
CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 22, DE  
2001-SF "DESTINADA A APURAR, NO PRAZO DE  
180 (CENTO E OITENTA) DIAS, AS DENÚNCIAS  
VEICULADAS A RESPEITO DA ATUAÇÃO  
IRREGULAR DE  
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS –  
ONGs

**Ata da 15ª Reunião Realizada em 19.03.2002**

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, às nove horas e trinta minutos, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, reúnem-se os Senhores Senadores Moreira Mendes e Tião Viana, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais – ONGs". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a oitava do Sr.

Andreas Strakos – Presidente do Laboratório NOVARTIS do Brasil. A Presidência informa aos presentes que, por motivos justificáveis, a Senadora Marluce Pinto, não se encontra presente e convida o Senador Moreira Mendes para funcionar como Relator **ad hoc** na presente reunião. A Presidência solicita a Secretaria que faça entrar ao recinto da reunião o depoente que já preencheu e assinou o Termo de Compromisso e passa a qualificá-la, após, concede a palavra a depoente para as suas considerações iniciais. Posteriormente, o Presidente passa a palavra ao Sr. Relator para os seus questionamentos. Fez uso da palavra o Senador Tião Viana que formula perguntas ao depoente. O Senador Mozarildo Cavalcanti também fez alguns questionamentos ao Sr. Andreas Strakos e no decorrer da reunião o Senhor Presidente requer ao depoente que encaminhe a esta CPI, documentações a seguir listadas, tendo o comprometimento do depoente de enviá-las a CPI, o que se segue: **a)** dados contábeis referentes a repasse de verbas a título de colaboração entre a NOVARTIS e a ONG NAPACAN; **b)** cópia do documento que regula o patrocínio da NOVARTIS e as ONG's que atuam na área de saúde; **c)** cópia do Processo movido pela ONG NAPACAN relativo ao remédio Glivec, principalmente concernente a determinação do Juiz colocando a NOVARTIS como terceiro interessado no referido Processo; **d)** responder por escrito se a NOVARTIS contribuiu financeiramente a título de doação para a construção do Hospital do Câncer no Estado de Rondônia, **e)** além dos dados contábeis referente a repasse de verba a título de colaboração à NAPACAN, listar outros Organismos Não-Governamentais e/ou Associações Médicas que também recebem contribuições ou doações por parte da NOVARTIS e **f)** informar os valores que o Governo Federal, mediante o Ministério da Saúde, pagou e quanto comprou até a data de hoje da NOVARTIS pelo medicamento Glivec. O Senador Tião Viana entrega a Mesa dos Trabalhos, Requerimento de convocação do Sr. Alexandre Paes dos Santos ao tempo em que o Senador Mozarildo Cavalcanti comunica aos membros que apresentará um Requerimento de convocação do Jornalista Claudio Humberto, pelo fato das notas publicadas pelo mesmo demonstrando estar inteirado dos fatos que envolvem a ONG NAPACAN e a NOVARTIS. A Presidência agradece a presença do depoente pela sua colaboração. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e, para constar, eu, **Dulcidia Ramos Calháo**, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publica-

ção juntamente com as Notas Taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a 15ª reunião da CPI das ONG's, criada através do Requerimento nº 22, de 2001, do Senado Federal.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior realizada no dia 19 de março do corrente ou se podemos considerar aprovada. (Pausa)

Não havendo manifestação, considero aprovada a Ata.

Comunico que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Sr. Andreas Strakos, Presidente do Laboratório Novartis do Brasil.

Convido, portanto, o Sr. Andreas Strakos para tomar assento à Mesa.

Estando presente o depoente, que já assinou o termo de compromisso, passo a ler: nome completo: Antônio Andreas Strakos; identidade nº 9649580 SSP/SP; idade: 43 anos; CPF: 012825268-55; estado civil: casado; endereço residencial: rua Laplace, 1426, na cidade de São Paulo; profissão: engenheiro; local onde exerce sua atividade atualmente: Novartis Biociências S. A.

Uma pergunta: o senhor é parente da parte envolvida, a Srª Presidente da Napacan?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra ao Relator *ad hoc*, designado para esta reunião, Senador Moreira Mendes, quero conceder a palavra ao Sr. Andreas Strakos para a exposição de suas considerações iniciais.

Concedo a palavra ao Sr. Andreas Strakos.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Muito obrigado, Senador, antes de mais nada, queria pedir desculpas pelo meu não comparecimento à reunião anterior e dizer da minha total disponibilidade para responder a todas as perguntas que me forem colocadas.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade de fazer uma exposição inicial para descrever rapidamente o que é a Novartis, a companhia que presido. Trata-se de uma companhia que está presente no Brasil há 70 anos e tem uma presença mundial de mais de 100 anos. Justifica sua existência com descobrir medicamentos inovadores para doenças que ainda não têm tratamento ou que têm um tratamento inadequado. Essa é a nossa razão de ser. Dentro dessa tradição, a Novartis foi a companhia que descobriu o medicamento que tornou possíveis os transplantes em larga escala, que é um imunossupressor, a ciclosporina,

vendida sob o nome comercial de Neural. Hoje se realizam 38 mil transplantes no mundo, com êxito, graças a essa droga. Também é a companhia que descobriu e sintetizou o medicamento Glivec, que é a primeira cura efetiva para leucemia mieloide crônica. Esses são apenas dois exemplos de uma longa tradição de descobertas farmacêuticas e médicas.

No Brasil, a companhia Novartis emprega cerca de 2.000 pessoas, paga aproximadamente R\$140 milhões por ano em salários, encargos e benefícios, e paga aproximadamente R\$150 milhões de impostos por ano.

No campo da responsabilidade social, a Novartis procura se destacar entre as grandes companhias do mundo, num ambiente em que, cada vez mais, é importante as empresas demonstrarem responsabilidade social para serem aceitas pela sociedade. Não só no Brasil, mas no mundo todo, a sociedade tem uma certa desconfiança do grande capital, e é importante que as empresas consigam demonstrar que sabem atuar com responsabilidade social, num ambiente como esse.

Especificamente, a Novartis é signatária do **Global Compact**, das Nações Unidas, que foi uma iniciativa do Secretário-Geral, Kofi Annan. Esse programa é como um contrato de conduta para as grandes corporações, da qual a Novartis é signatária.

Não gostaria de desfilar um rosário de iniciativas sociais da companhia, mas apenas de destacar duas ou três. Uma delas, que chama a atenção pela sua amplitude, é a iniciativa da Novartis junto à Organização Mundial da Saúde para a erradicação da hanseníase. Isso tem uma importância especial para o Brasil, que ainda hoje é o segundo país em prevalência de hanseníase. Nessa parceria, a Novartis fornece **know-how** e medicamentos gratuitamente todos os medicamentos do coquetel da hanseníase, que é efetivo, pois a hanseníase pode ser curada totalmente. Esse coquetel é doado pela Novartis à Organização Mundial de Saúde que o repassa aos países que necessitam. O grande desafio da hanseníase não é ter o medicamento, mas o diagnóstico e o preconceito. É nesse campo em que esse programa atua.

Outro projeto que eu gostaria de destacar é o de voluntariado, em que, um dia por ano, os funcionários, com o apoio e o dinheiro da companhia, praticam alguma ação de solidariedade. Isso é repetido todos os anos e não se limita a um dia, pois podem ser vários dias e ter seqüência. À guisa de exemplo, esse projeto foi feito em Roraima, depois do grande incêndio que houve em 1998. Em 24 de abril, um grupo de funcionários foi para lá. Houve uma doação – que não quero

aqui especificar. O mais importante é a mobilização dos funcionários não é tanto o dinheiro com a organização central da empresa.

Era isso o que eu gostaria de dizer para descrever rapidamente o que é a Novartis. Não quero mais tomar o tempo de V. Ex<sup>as</sup>.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, para que possa fazer as considerações e indagações que julgar conveniente.

**O SR. RELATOR AD HOC** (Moreira Mendes) – Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Andrea Strakos, agradecendo pela sua presença.

Esclareço que esta Comissão Parlamentar de Inquérito se propõe a apurar denúncias de atuação irregular de organizações não-governamentais no País.

Primeiro, gostaria de um esclarecimento. V. S<sup>a</sup> citou um produto de pesquisa e fabricação do seu laboratório, cujo nome eu não anotei.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Mencionei dois.

**O SR. RELATOR AD HOC** (Moreira Mendes) – O mais recente.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – O que se destina à leucemia mielóide crônica é o Glivec.

**O SR. RELATOR AD HOC** (Moreira Mendes) – Para começar, gostaria de saber se V. S<sup>a</sup> conhece a Napacan.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Conheço.

**O SR. RELATOR AD HOC** (Moreira Mendes) – A Napacan, Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer, é uma ONG presidida por uma fisioterapeuta chamada Graça Marques que, por coincidência, é da minha cidade. Ela esteve nesta Comissão e fez um depoimento muito importante.

Essa ONG coloca-se como porta-voz do paciente oncológico do Brasil, principalmente em termos de reivindicar o atendimento médico adequado, a orientação e a defesa dos direitos desses pacientes.

Feito esse esclarecimento, eu gostaria de fazer um pedido a V. S<sup>a</sup>: que V. S<sup>a</sup> se empenhasse no sentido de deixar o mais claro possível a esta Comissão qual é o relacionamento da sua empresa com essa ONG, a Napacan.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – A Napacan é uma ONG que, como V. Ex<sup>a</sup> diz, se dedica ao apoio ao paciente...

**O SR. RELATOR AD HOC** (Moreira Mendes) – Permita-me V. Ex<sup>a</sup> um esclarecimento. Estou fazendo

essa pergunta porque uma das informações que a Dr<sup>a</sup> Graça trouxe aqui é a de que o Laboratório Novartis é o seu maior contribuinte financeiro, para que a instituição funcione.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Pois não. O que sabemos sobre a Napacan é que se trata de uma ONG que se dedica ao paciente com Câncer. Segundo as informações de que dispomos, é uma ONG que o faz com eficácia.

Quando decidimos a alocação dos nossos recursos, destinados a ações de cidadania corporativa e de responsabilidade social, uma preocupação que temos é de que esses recursos primeiro cheguem ao seu destino e que esse destino seja realmente ligado a algum benefício social e que isso represente para nós um crédito junto à sociedade, e não um possível problema futuro de imagem.

Quando nós decidimos destinar recursos à Napacan, assim como a muitas outras ONGs, fundações e associações, procuramos nos certificar de que são instituições idôneas.

Por que a Napacan, e não outra ONG ou associação? É natural que procuremos fazer essas parcerias em áreas relacionadas a nossas atividades, saúde principalmente. Temos outras ONGs na área de tratamento do Câncer. Damos apoio ao GRACC, Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer. Enfim, são um grande número de associações de pacientes que alavancam a eficácia dos nossos produtos e até os esforços do Governo no tratamento das doenças, ajudando o paciente, dando informações ao paciente.

Falei há pouco sobre a hanseníase. Existe um grupo que ajuda: o Conasem – o Conselho Nacional de Secretários de Saúde dos Municípios, destinado a dar educação sobre hanseníase. Esse tipo de ONG é o predileto em nossas ações de doações.

**O SR. RELATOR AD HOC** (Moreira Mendes) – O senhor poderia informar a esta Comissão qual é o valor monetário anual desse patrocínio da Novartis para a Napacan?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Na Novartis a despesa total com contribuições e donativos desse tipo, excluindo o programa de hanseníase, que é mundial, é da ordem de R\$1 milhão. Esse específico da Napacan, se não me falha a memória, foi de R\$50 mil no ano passado. Em 2000 deve ter sido, não me recordo, dessa ordem de grandeza.

**O SR. RELATOR AD HOC** (Moreira Mendes) – Cinquenta mil reais anuais?



**O SR. ANDREAS STRAKOS** – No ano passado foi isso.

**O SR. RELATOR AD HOC** (Moreira Mendes) – Muito bem. E o senhor considera satisfatória essa parceria com a Napacan, do ponto de vista da empresa? Considera que o dinheiro foi bem aplicado?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Penso que sim. Pelo que sabemos, essa ONG é ativa. Ela faz o que se propõe a fazer, que é ajudar o paciente com câncer. Esse é o principal critério de performance que temos para avaliar se uma ação de contribuição e donativos foi bem aplicada.

**O SR. RELATOR AD HOC** (Moreira Mendes) – Não sei se V. S<sup>a</sup> respondeu na primeira pergunta, mas a Novartis patrocina outras ONGs no Brasil com exceção dessa a que V. S<sup>a</sup> se referiu? A da hanseníase?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Várias outras. Tenho aqui alguns exemplos. Tanto ONGs quanto fundações. Vou mencionar alguns exemplos: a Associação Brasileira de Pacientes Epilépticos; a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; a Associação dos Psicóticos Anônimos; o Grupo de Voluntários do Hospital Albert Einstein; o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo; a Santa Casa de Porto Alegre; o Grupo de Recuperação e Apoio à Criança com Câncer. São alguns exemplos.

**O SR. RELATOR AD HOC** (Moreira Mendes) – Muito bem.

Esta Comissão tem, entre seus membros, alguns médicos. O Presidente é médico, o Senador Tião Viana, também. Por força da experiência de S. Ex<sup>as</sup> – e falo de algo do senso comum – sabe-se que a fabricação de um medicamento novo depende de muito anos de pesquisa e, depois, de aplicação na prática.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – É verdade.

**O SR. RELATOR AD HOC** (Moreira Mendes) – V. S<sup>a</sup> pode dizer se esse medicamento, o Glivec, foi exaustivamente testado a ponto de ser colocado no mercado com segurança? Vou complementar minha pergunta, justificando o motivo. É estranho o fato de esse medicamento, o Glivec, só ter sido adquirido pelo Ministério da Saúde por força de uma decisão judicial. É um medicamento que, segundo informações que tivemos, ainda não teria, em tese, o tempo necessário para uma maturação, sob o ponto de vista científico, para ser colocado no mercado. Como disse, o medicamento passou a ser adquirido pelo Ministério da Saúde depois de uma ação judicial, uma ação civil pública proposta pela Napacan. Trata-se de uma ONG patrocinada, em parte, pela Novartis. Essa ONG

entrou com uma ação civil pública e acabou forçando o Ministério a comprar o medicamento produzido pela empresa que V. S<sup>a</sup> preside sem o aval da Anvisa, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O que V. S<sup>a</sup> tem a dizer sobre isso?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Vou tentar ordenar essa resposta segundo uma seqüência cronológica.

Esse medicamento foi originalmente sintetizado há aproximadamente 6 anos. Após a síntese original, começa a ser submetido a exames em animais para verificar a segurança e a eficácia. Depois disso, é submetido a ensaios em humanos, voluntários sadios, que é o que chamamos de fase 2. Finalmente, entra em uma fase de ensaios clínicos em populações mais amplas, que é a fase 3.

Nessa fase, o medicamento demonstrou uma eficácia nunca antes vista na doença para o qual se destina, que é a leucemia mieloide crônica, e despertou, como era de se esperar, a atenção dos médicos que, até então, não tinham uma alternativa eficaz para esse tipo de doença. Despertou a atenção não só da comunidade científica, mas também dos pacientes afetados pela doença. Estes, no momento em que recebem esse diagnóstico, recebem praticamente uma sentença de morte. Evidentemente, são pacientes que procuram saber tudo o que está acontecendo na área que pesquisa a doença que desenvolveram.

Começou a haver, então, uma pressão muito grande, por parte dos pacientes, no sentido de obter o produto ainda na fase de testes. Falo de pacientes desenganados que procuram qualquer esperança de vida que possam ter.

Essa pressão, na verdade, foi mais um problema para a companhia do que uma oportunidade. Senti na própria pele e passei por esta situação de pacientes telefonando e dizendo: "Mas o médico disse que vou morrer, e vocês têm um medicamento em teste que pode salvar a minha vida! Preciso desse medicamento!"

Não tenho medicamento registrado pela Anvisa. Não tenho medicamento nem fisicamente disponível no Brasil. Em escala mundial, isso se multiplica por todos os países onde a Novartis atua. Então, não temos nem a quantidade física de substância para atender a essas pessoas. E, se tivéssemos, não poderíamos administrar, porque o medicamento não está aprovado.

A Novartis, para gerir essa possível crise até de relações públicas e para atender a obrigação humanitária que tem, desenvolveu um programa chamado Programa de Acesso Expandido. Esse programa, enquanto correm os testes do medicamento, permite

que, sob estrita vigilância médica e aprovação da autoridade regulatória – que, no nosso caso é a Anvisa –, os pacientes recebam o produto, sob acompanhamento semelhante a um ensaio clínico. Esse programa foi instituído, se não me engano, no Brasil, na segunda metade do ano 2000, enquanto corria o processo de registro. Então, foram incluídos os 250 pacientes mais críticos, que estavam na chamada fase blástica, que já é a fase final da leucemia mieloide crônica.

Tenho que voltar um pouco atrás no tempo, porque, no caso do Brasil, a divulgação desse medicamento se deu, inicialmente, por um paciente de São Paulo que estava desenganado pelo seu médico – é uma história humana bonita. O médico tinha-lhe dito que a leucemia não tinha cura, que ele morreria dentro de seis meses. Ele, então, procurou na Internet e descobriu que existia um centro de pesquisa nos Estados Unidos, pesquisando o Glivec. Ele mandou um e-mail para o investigador, que era o coordenador desse centro, e recebeu a informação de que ele, apesar de ser brasileiro, enquadrava-se perfeitamente. Ou seja, apesar de estar longe do centro, que era na Filadélfia, creio, ele se qualificava para participar do estudo, e havia apenas mais uma vaga.

Ele recebeu esse e-mail no dia do seu aniversário, pegou um avião e, no dia seguinte, estava lá. Começou a participar do estudo, em poucas semanas, sentiu uma melhora, e está, hoje, totalmente curado.

Quando voltou ao Brasil, fez um estardalhaço tremendo, e essa história, inclusive, saiu na revista **Veja**. Criou-se, assim, toda uma pressão em cima da Novartis para fornecer o medicamento.

Então, voltando: instaura-se o processo de acesso expandido, 250 pacientes graves são incluídos e, em abril de 2001, dá-se o registro nos Estados Unidos, na FDA. Voltando a sua colocação, o prazo de registro foi muito mais curto do que normalmente o é, devido justamente a essa enorme pressão de pacientes e médicos pela liberação do produto sobre a FDA nos Estados Unidos.

No Brasil, o produto é aprovado por uma comissão de médicos que se chama Conatem – antigamente chamada Cateme –, que é uma comissão da Anvisa para avaliação de segurança e eficácia dos produtos. A Conatem aprovou o produto em maio de 2001, talvez um mês depois da FDA, e a Anvisa não publicou o registro que, normalmente, ocorre em ato contínuo.

Com essa aprovação da Conatem, a expectativa dos pacientes de que o produto estaria disponível a qualquer momento naturalmente aumentou. Como

o registro não saía, e, portanto, não podíamos vender o produto, os pacientes da Napacan, como também alguns pacientes individuais começaram a considerar a tomada de medidas judiciais.

Temos alguns casos aqui, mas não sei se tenho na minha documentação. Um paciente do Estado do Pará procurou a Procuradoria-Geral da República. Na época, recebemos também um questionamento do Ministério Público Federal do Pará, Procuradoria do Estado do Pará, solicitando esclarecimentos sobre o motivo por que não disponibilizávamos esse produto. Houve uma ação judicial no Rio de Janeiro. Enfim, essa ação do Napacan foi apenas uma delas.

Passo a V. Ex<sup>as</sup> a inquirição do Ministério Público do Pará.

Então, é natural que essa pressão tenha surgido por parte dos pacientes que estavam à procura de uma solução para o seu problema. Penso ter discorrido sobre essa observação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR AD HOC (Moreira Mendes)** – Perfeito. Quero deixar claro que é nosso papel investigar.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Claro.

**O SR. RELATOR AD HOC (Moreira Mendes)** Não há nada aqui preestabelecido. O objetivo é investigar.

O Napacan teve uma atitude nessa ação civil pública que acabou redundando numa decisão para que o laboratório disponibilizasse um medicamento que tem resultados positivos, conforme explicou o senhor, e não tenho dúvida disso; inicialmente, o medicamento era vendido por US\$2.400 o frasco; esse preço reduziu-se a US\$1.620 um desconto de aproximadamente 33%; o senhor vê a participação do Napacan em algum ponto dessa história?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Que a pressão do Napacan tenha contribuído para que o processo de aprovação do produto e o processo de compra ou reembolso pelo SUS tenha sido acelerado, eu até acredito; assim como acredito que produziram efeito tanto a ação desse paciente que procurou a Procuradoria-Geral da República quanto as pressões recebidas pela Anvisa de pacientes, de Parlamentares, de membros do Governo que tinham familiares padecendo dessa doença. Com certeza, tudo isso contribuiu para o desenrolar dos fatos. O que eu não concordo é com que se estabeleça uma relação entre o fato de termos patrocinado essa ONG e o fato de a ONG ter atuado da maneira como atuou. A ONG teria atuado da maneira como atuou independentemente de nosso patrocínio.

Na semana passada, V. Ex<sup>as</sup> devem ter visto aqui a D. Graça. É uma mulher combativa, que tem uma identificação real com os pacientes com câncer. Ela teve câncer e parece ter uma determinação legítima e íntima de defender o paciente com câncer. E creio que não dá para correlacionar a ação do Napacan com o patrocínio da Novartis a essa ONG.

**O SR. RELATOR AD HOC (Moreira Mendes)** – O senhor conhece um cidadão chamado Alexandre Paes dos Santos?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Conheço.

**O SR. RELATOR AD HOC (Moreira Mendes)** – Existe uma relação entre ele e a Novartis?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – O escritório do Alexandre Paes dos Santos foi contratado da Novartis durante alguns meses do ano passado.

**O SR. RELATOR AD HOC (Moreira Mendes)** – Se o senhor me permite a pergunta, com que finalidade?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Claro! O escritório do Alexandre Paes dos Santos, de consultoria política, é grande aqui em Brasília. Segundo minha interpretação, pratica uma atividade legal, que é a de ajudar as empresas a entender esse complexo mundo que é a máquina do Estado e esse mundo de Brasília.

Tínhamos um departamento interno de relações governamentais, desfeito no começo do ano passado, e passamos a trabalhar com esse escritório, que foi escolhido porque tinha um currículo excelente: trabalhava para grandes empresas e para a associação da nossa indústria, a Interfarma. Então elegemos esse escritório para fazer esse trabalho para nós que, repito, é um trabalho de consultoria política, de aconselhamento. É preciso apresentar pessoas, explicar como os processos de decisão funcionam e com quem temos que falar para que os processos legais e legítimos da companhia funcionem.

**O SR. RELATOR AD HOC (Moreira Mendes)** – Esse cidadão vem sendo investigado desde outubro de 2001 pelas autoridades competentes, sob a suspeita de ter influenciado o Ministério da Saúde na aquisição do produto, do Glivec. Inclusive, o então Ministro da Saúde, Senador José Serra, afirmou categoricamente que a Napacan faria parte do lobby montado pelo laboratório Novartis, com vistas a obter a liberação do Glivec o mais rápido possível no mercado brasileiro. O senhor concorda com essas duas afirmações? A primeira, em relação ao APS, como ficou conhecido aqui, de que o Sr. Alexandre Paes dos Santos, de alguma forma, participou do processo de libe-

ração do medicamento, da droga. Segundo, o senhor concorda com a afirmação do ex-Ministro?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Eu respeito o ponto de vista do Ministro. Não quero polemizar com referência a essa afirmações.

Volto a dizer que é possível e provável que a Napacan, junto com muitos outros agentes do sistema de saúde, tenha tido uma influência no processo de liberação do Glivec; mas que tenha feito isso por motivo espúrios, eu não acredito.

Quanto ao Alexandre Paes dos Santos, posso dizer que ele não teve participação no processo do Glivec, que correu na Anvisa, onde não usamos nenhum tipo de consultor.

**O SR. RELATOR AD HOC (Moreira Mendes)** – Hoje ele está liberado pela Anvisa?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – O Glivec hoje está liberado pela Anvisa, reembolsado pelo SUS, e está disponível.

**O SR. RELATOR AD HOC (Moreira Mendes)** – E tem dado resultado positivo, como esses exemplos que o senhor deu aqui?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Tem dado resultados muito bons, com índices de cura iguais aos obtidos na fase de estudos clínicos.

Voltando à questão do Alexandre, ele não teve nenhuma influência no processo do Glivec, porque esse processo correu na Anvisa, onde não trabalhamos com nenhum tipo de consultor, por ser uma agência técnica com a qual temos um relacionamento diário e constante. As interações com a Anvisa são de questionamentos técnicos: se o produto tem determinada característica, se precisa anexar esse ou aquele documento... Não usamos nenhum tipo de intermediário. O Alexandre não teve influência na Anvisa. A única coisa que ele fez, a nosso pedido, junto com a Universidade de Brasília, foi elaborar um pequeno estudo de análise econômica do Glivec, ou seja, qual seria o impacto do Glivec, economicamente, sobre o SUS.

**O SR. RELATOR AD HOC (Moreira Mendes)** – No último esclarecimento, falei sobre a questão do preço do medicamento, de 2.400 dólares, para 1.620. O senhor chegou a explicar isso?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Não cheguei a explicar não.

**O SR. RELATOR AD HOC (Moreira Mendes)** – Por que essa diferença? E qual o preço pago hoje, reembolsado pelo SUS?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Esse preço, ao qual se chegou, após uma longa negociação, que é

de 1.620 dólares ou, ao câmbio que foi feito na época, 4.050 reais. Por que essa diferença?

Todo o processo de desenvolvimento desse produto foi muito rápido, como já dissemos. O preço originalmente dado foi padrão no mundo inteiro. A Novartis determinou que ia cobrar o mesmo preço por esse produto no mundo inteiro. E esse preço era da grandeza de 2.400 dólares. Evidentemente, a partir da submissão desse preço, do pedido desse preço, houve um processo de negociação não só no Brasil como em outros países. A Novartis foi sensível à argumentação dos governos, que tinham que reembolsar esse produto. O Brasil é um caso, não diria único, mas é um dos poucos países que tem um Sistema Único de Saúde, público, gratuito e universal, como determinado na Constituição.

Pela Constituição Brasileira, o Estado tem a obrigação de prover um medicamento como esse – aliás, teria até de prover qualquer medicamento –, no caso de medicamentos críticos, de maneira universal e gratuita. Isso representa – tivemos sensibilidade para entender essa questão – uma grande carga sobre o Orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Houve negociações complicadas, porque, na fase em que estive envolvido – a partir de um certo momento já não estive mais –, precisávamos constantemente de aprovação da casa matriz; precisávamos explicar as razões por que estávamos propondo um preço mais baixo para a casa matriz, o que levou, afinal, a esse preço que, segundo sei, é o preço mais baixo que a Novartis pratica no mundo, que é esse final de US\$1.620.

Eu gostaria de rapidamente fazer uma comparação – se me permitem – com as terapias, para qualificar esse preço. As outras alternativas para leucemia mielóide crônica são o transplante e o Interferom. O valor do transplante de medula, com todos os custos associados, cerca de R\$100 mil, no ano em que ele é feito, depois, naturalmente esse custo cai. O Interferom custa, segundo a última informação que tenho, aproximadamente R\$2.200.

Só que o transplante é muito difícil de fazer, porque exige doador compatível e uma parcela pequena dos pacientes pode se beneficiar dessa operação, e o Interferom, ao final de cinco anos de tratamento – cinco anos horríveis, porque a qualidade de vida do paciente cai muito, ele sofre de febres constantes, mal-estar constante –, cerca de 90% desses pacientes terá falecido. Só para demonstrar o preço do medicamento proporcionalmente.

**O SR. RELATOR AD HOC** (Moreira Mendes) – Sr. Presidente, dou-me por satisfeito com as informações prestadas pelo depoente. Não tenho nenhuma dúvida, mas fica aqui um questionamento.

Creio que o Congresso Nacional deveria pensar muito sobre a questão – apenas para reflexão, e nada a ver com o que estamos confabulando aqui – do **lobby**. Até onde é ético ou não uma empresa se prestar a esse tipo de serviço? Por que essa atividade não é regulamentada no País, a exemplo do que acontece nos outros países? Quando se fala em **lobby**, fica sempre a sensação de que há alguma coisa errada por trás – é um nome feio.

Faço esse comentário exatamente porque foi mencionado aqui. Nem conheço esse Alexandre, nem sei quem é, se passar pela minha frente não sei, e também não estou aqui justificando ou questionando, achando que ele está certo ou errado, não é esse o ponto que quero deixar como reflexão. Mas creio que – não a partir desta CPI – isso é uma coisa com a qual o Congresso Nacional deveria se preocupar, com a regulamentação dessa atividade ou pelo menos discuti-la, se é legítima ou não, se deve ser feita ou não, se é ética ou não.

É apenas esse o comentário.

Nada mais, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a participação do Senador Moreira Mendes, que gentilmente aquiesceu ao convite de atuar como Relator *ad hoc*, em face de a Senadora Marluce Pinto estar adoentada.

Passo a palavra ao Senador Tião Viana, próximo inscrito.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente dou um bom-dia ao Dr. Andreas Strakos.

Vejo com absoluta naturalidade a presença de empresas transnacionais, como a Novartis, no território brasileiro. Hoje essa é uma rotina, uma lógica natural. Creio que o melhor é ter a presença dessas empresas em nosso País, não tenho dúvida quanto a isso. Acredito que essas empresas podem dar uma enorme contribuição às políticas sociais brasileiras.

Então, para mim é inteiramente tranquilo. Na verdade, fiquei interessado e estimulado pela possibilidade de a Novartis fortalecer sua área de influência e atividade no estudo da biotecnologia da Amazônia brasileira. Sei que a empresa tem uma linha de investimento nessa região, da qual faço parte. Para mim, isso é absolutamente natural.

Tenho algumas preocupações, e gostaria de ouvir de V. S<sup>a</sup> os comentários. Primeiro: não julgo muito saudável, pela experiência que tenho no campo médico, uma ONG ser financiada por empresa transnacional, vinculado-se a ela posteriormente, vindo a influ-

enciar a compra de medicamentos em relação à própria empresa doadora dos recursos. Creio que seria mais do que natural a Novartis fazer inúmeras doações e contribuições a ONGs que não tivessem vínculo com a venda dos seus produtos. Considero esse o caminho correto. Talvez a culpa nem seja dos senhores, mas da legislação, que é leve e não atuante em relação a esse aspecto. Julgo necessário que tenhamos melhor reflexão a respeito dessa matéria.

Segunda pergunta: qual é a atuação natural da Novartis em relação à FDA? Ela busca ou defende seus interesses, relaciona-se com a FDA, correto?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Isso.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Então, por que, no Brasil, pareceu-lhe inoportuno afirmar que a Novartis não tem relação com a Anvisa?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Desculpe-me. Se falei isso, expressei-me mal. Eu disse que tem uma relação intensa e de nível técnico com a Anvisa e sem intermediários. Conversamos diretamente, temos uma equipe técnica que está praticando...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Então, há uma relação inteiramente natural?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Natural, profícua e cada vez melhor, pois a Anvisa está-se profissionalizando. Desculpe-me se dei essa impressão, eu me expressei mal. Temos uma relação intensa e muito boa.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Suas palavras foram que a Novartis não contrata consultoria para atuar junto a Anvisa.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Isso ocorre porque entendemos muito bem a Anvisa, pois nosso relacionamento significa o pão nosso de cada dia, quer dizer, essa agência regulamenta intensamente a nossa atividade, tanto na questão de inspeção de fábrica, quanto na aprovação de produto novo e revalidação de produto antigo. A cada mudança de ingrediente precisamos comunicar à Anvisa e obter aprovação. Então, temos uma relação muito intensa e muito próxima. Conhecemos os técnicos, por isso, não utilizamos consultores. Foi isso que disse. Diretamente, temos uma presença constante.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Aproveito para fazer outra pergunta. O Sr. Alexandre Paes é conhecido no Distrito Federal como alguém que faz **lobby** para empresas. Não faz apenas análise e diagnóstico político, mas lida com influência, baseado na tese de que é legítimo defender o interesse das empresas junto às políticas públicas. A Novartis nunca relacionou-se com ele, nesse aspecto, junto ao Ministério da Saúde?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Junto ao Ministério da Saúde, nunca teve relação desse tipo.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Em nenhum momento, V. S<sup>a</sup> ou algum membro da diretoria participou de jantar com o Sr. Alexandre Paes e o Dr. Renilson, da Secretaria Nacional de Assistência à Saúde?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Veicularam esse assunto na imprensa, mas esse jantar não existiu.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Não existiu. Então, pergunto-lhe: não lhe causa um desconforto, por mais que possamos considerar como pura, de boa índole e de boa origem a existência de um núcleo como o Napacan, que atua em defesa da vida, que sua sobrevivência possa estar vinculada a doações, por ser uma estrutura não-governamental, e defenda medicamentos vendidos pela própria empresa que a financia?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Excelência, essa é uma questão complexa. A pergunta está muito bem colocada. Há dez dias, no Brasil, estive com o representante de uma ONG que se chama Médico sem Fronteira, que tem feito um trabalho...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Admirável.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – ... meritório em muitos países, o que a isenta de qualquer suspeita. Discutimos qual a melhor maneira de uma empresa farmacêutica fazer parcerias de responsabilidade social. Colocaram exatamente um ponto contrário a esse ponto de vista, que, em vez de fazer patrocínios, como, em alguns países, algumas empresas fazem, orquestras sinfônicas, exposições de arte e outras ações desse tipo, deveriam se concentrar em patrocinar a área em que atuam, que é a saúde. É muito difícil evitar que ocasionalmente ocorra um acidente de percurso. Acidente porque, no caso específico, após ter sido feito patrocínio, essa ONG atuou de uma maneira que foi, suponho eu, em defesa do paciente, mas indiretamente beneficiou o laboratório.

Vou deixar a sua pergunta sem resposta. Não sei qual a melhor maneira de fazer. Ao trabalhar com ONGs ligadas à saúde, existe o risco de haver segundas interpretações, como neste caso. Por outro lado, acho que também tem mérito o ponto de vista desse representante da Médicos sem Fronteiras, que diz: vocês deviam trabalhar na área que conhecem, saber onde há necessidade, onde o investimento terá mais retorno, que é na área de saúde, com associações de pacientes, com a Organização Mundial de Saúde, com Médicos sem Fronteiras. Imagine que eu trabalhe com um Médico sem Fronteiras em um projeto, amanhã ou depois haja uma disputa sobre patentes

para medicamentos da AIDS, que a Médicos sem Fronteiras tenha que opinar sobre o assunto. Sempre pode surgir a suspeita de que eles podem ser lenientes comigo porque fiz essa parceria com eles. É complicado, não tenho a resposta.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Deixo bem claro que entendo que a sua empresa deve estar absolutamente à vontade no nosso País, sentindo-se parte integrante do desenvolvimento nacional, de políticas sociais, e penso ser inteiramente natural que ela participe como colaboradora nesses aspectos. Até para a Amazônia, insisto, é muito bem vindo o investimento na busca de biotecnologia, estudando melhor o nosso patrimônio genético. Quem tem que regular a nossa soberania, a nossa integridade nacional somos nós, não a empresa que está atuando em nosso País. Entendo que não deva haver nenhum constrangimento da sua empresa por essa relação. Somente acredito que deva haver uma fronteira ética entre uma ONG e esse aspecto, porque conheço essa experiência em outras áreas, em outras empresas. Já há basicamente uma rotina nacional de empresas custearem – que não é sua, estou me referindo claramente – ONGs que defenderão medicamentos de ponta, de linha, para depois forçar o Ministério da Saúde abrir licença especial para a venda. Isso é delicado. Entendo que a relação de interesse da empresa junto ao Ministério da Saúde deva ser perfeitamente natural. O Ministério que tem que ter a sua maturidade, o seu equilíbrio e as suas virtudes éticas ajustadas à legislação nacional. A empresa trabalha com sua consciência de empresa e com sua responsabilidade pública, é lógico.

Agradeço V. S<sup>a</sup> pela contribuição que traz aqui. Apresento neste momento, Sr. Presidente, um requerimento solicitando a presença do Sr. Alexandre Paes dos Santos para que venha depor junto à CPI. Caso V. Ex<sup>a</sup> não tenha recebido de algum outro Senador, apresento e julgo da maior importância trazer essa contribuição.

Somente acredito que a nossa dívida com sua empresa é tentar ajustar a legislação brasileira para essa fronteira ética. Muito obrigado.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Eu que agradeço e aceito seu desafio sobre essa questão. Penso que temos um código de conduta que regulamenta várias atividades nossas, que vai, em muitos casos, além da legislação. Acredito que nessa questão específica poderia ser muito bem incluída a questão de com que critérios escolher as ONGs que trabalhamos. É um ponto omissivo no código de conduta, talvez

possamos explicitá-lo. Agradeço a sugestão porque a idéia do conflito de interesses pode ser recorrente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Já que não há mais nenhum Senador inscrito, gostaria de fazer ao depoente algumas indagações.

Inicialmente, Dr. Strakos, queria esclarecer que, não só como médico, mas também tendo uma mãe que foi paciente da câncer, foi operada, está fazendo radioterapia, evidente há um interesse muito profundo de que...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Senador Mozarildo Cavalcanti, permita-me.

Não posso deixar passar o fato de que a representante do Napacan que veio semana passada insistiu numa afirmação que deixou dúvidas a quem nos assiste Brasil afora em relação à leucemia mielóide crônica como uma doença que mata imediatamente. E S. S<sup>a</sup>, no final de sua exposição, deixou claro que se trata de uma doença que pode evoluir por anos. É muito importante que fique claro que, na fase blástica, temos um doente grave, com risco de morte em breve, mas é uma doença crônica plenamente suportável, que toleraria todos os estudos de fase I a V das pesquisas básica e avançada sem nenhum problema.

Entendi perfeitamente sua ponderação, mas, para que não fique dúvida em relação a quem nos assiste, não é uma doença que exponha o paciente a risco de morte imediata.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Para quem nos assiste, esse esclarecimento é realmente muito importante e também para registro nos Anais, pois esse entendimento passou despercebido quando do depoimento da Dr.<sup>a</sup> Graça, ou seja, a imagem de que essa doença sempre mata a pessoa acometida, de maneira fulminante, e que, portanto, poderíamos até passar por cima de qualquer barreira para ter esse remédio no mercado.

Tenho simpatia – como disse o Senador Tião Viana – por laboratório de qualquer país que pesquise e ponha à disposição dos pacientes o medicamento, principalmente para doenças hoje consideradas incuráveis. Mas não estamos questionando o caso, em si, da fabricação do medicamento, da pesquisa, do interesse comercial do laboratório de colocá-lo à venda. A finalidade desta CPI é conhecer a possível atuação irregular das organizações não-governamentais, quer dizer, detectar onde existe ou não irregularidade. Nosso objetivo é saber quais ONGs estão trabalhando seriamente no País, quais as que não estão trabalhando, ou que, eventualmente, possam ter cometido até irregularidades – suponhamos que por não terem,

como V. Ex<sup>a</sup> disse, um código de ética, uma legislação que submeta essas instituições a uma conduta transparente, clara para a sociedade.

Dr. Andréas, aqui é dito que o senhor é engenheiro.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Engenheiro químico.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Há quanto tempo o senhor trabalha na Novartis?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Entre a Novartis e a predecessora – porque a Novartis é o resultado de uma fusão –, há 21 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – O senhor disse que, no ano passado, foi repassado para o Napacan R\$50 mil. Nos anos anteriores, quanto foi repassado ao todo para o Napacan pela Novartis?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Não tenho essa informação aqui, mas não deve ter sido muito mais do que isso, nos anos anteriores. A menos que seja um projeto muito grande de parceria social, dificilmente patrocinamos uma ONG num valor superior a esse. Então, deve ter sido nessa ordem de grandeza, mas não sei dizer a V. Ex<sup>a</sup> a cifra exata.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – O senhor sabe dizer durante quantos anos?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Penso que a primeira contribuição deve ter sido feita há 3, 4 anos. Sei disso porque o primeiro folheto que vi é anterior à minha gestão. Assumi a presidência da companhia em 1999 e vi um folheto datado de 1998, e deve ter sido por aí que começou essa parceria.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria, Sr. Andreas Strakos, de requerer a V. S.<sup>a</sup> que envie a esta CPI os dados contábeis, os comprovantes de repasse feitos ao Napacan.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – V. S.<sup>a</sup> deixou claro que não patrocina somente o Napacan, tendo citado pelo menos mais duas outras. Como a Novartis faz a avaliação da eficácia, mencionada por V. S.<sup>a</sup>, das ONGs nesse setor, do trabalho junto a Novartis, um laboratório, como foi dito por V. S.<sup>a</sup>, cuida da produção de medicamentos inovadores.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Disse inicialmente que, antes da decisão de patrocinar qualquer projeto de cidadania corporativa, procuramos avaliar se é uma instituição idônea, que persegue um fim dentro desses que eu descrevi que, por enquanto, são os do nosso foco, ou seja, são da área de saúde.

Posteriormente, acompanhamos o que essa organização faz. Não auditamos, naturalmente, o uso

dos recursos, mas acompanhamos, a distância, a desempenho social dessa organização, comparado com o objetivo a que ela se propõe.

Esse acompanhamento é feito basicamente por contatos pessoais e pela exposição pública que a ONG tenha. Se notarmos que existe qualquer tipo de suspeita ou que a finalidade da ONG está sendo desvirtuada, parariamos com o patrocínio. Darei um exemplo específico. Trata-se desse programa mundial da hanseníase. Ele possui parâmetros muito claros de medição para se saber se esses recursos estão sendo bem utilizados. Ou seja, se os países estão, de fato, reduzindo os seus índices de prevalência de hanseníase.

Quando se trata de patrocínios para as associações de pacientes é mais difícil medir efeitos concretos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Quer dizer que o laboratório Novartis não audita, nem do ponto de vista contábil nem do ponto de vista de resultados práticos?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Não mede.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Não mede?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Não mede.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Mesmo assim, dá o patrocínio anual durante este tempo. Existe algum contrato escrito, formalizado, entre a Novartis e essas ONGs?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Não sei se poderia chamar de contrato. Penso que deva existir um protocolo de intenções. Eu não poderia consultar, segundo o meu entendimento, o meu consultor jurídico. Pois não?

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Bom, neste caso, se V. S.<sup>a</sup> pudesse também, a exemplo do que eu pedi na pergunta anterior, remeter a esta CPI os documentos, seja ele o protocolo de intenção, o contrato, enfim, não somente com a Napacan, mas com as outras ONGs com que a Novartis tenha, digamos assim, patrocínio no Brasil.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Há uma outra pergunta que V. S.<sup>a</sup> já respondeu em parte para o Relator mas que ainda não me satisfaz. Foi realizada uma reunião no dia 20 de setembro de 2001 entre o laboratório Novartis e o Ministério da Saúde, ocasião em que foi assinada uma ata, na qual ficou estabelecida, por meio de acordo, o valor do medicamento Glivec. Além disso, o Novartis se comprometeu a não somente vendê-lo pelo valor de R\$4.050,00 para os pacientes com indicação médica,

como também, de acordo com a letra "c" desta mesma ata, o Novartis, como terceiro interessado, ingressaria no processo movido pela Napacan, indicando perda do objeto da ação judicial.

A Dr<sup>a</sup> Graça disse aqui que, de jeito nenhum, aceitaria esse tipo de procedimento, até porque a Novartis continuaria... A ação dela não foi feita de acordo com a Novartis, portanto, não teria sentido a Novartis ingressar como terceira interessada. Pareceria até que havia um acordo feito para que a Napacan ingressasse com a ação. Como V. S<sup>a</sup> analisa este caso?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Gostaria de esclarecer que, a partir de um certo momento – deve ser do conhecimento de V. Ex<sup>a</sup> que esta disputa, pelo preço, foi até certo ponto pública e desgastante com o Ministério da Saúde, a Companhia pediu que eu não me envolvesse mais diretamente na negociação e nas reuniões. Não estive presente a esta reunião em que foi assinada esta ata. Fui representado por outros diretores da Companhia.

No entanto, o que procurei saber e me foi informado pelo Jurídico é que formalmente, no processo, a Novartis é terceira parte interessada não por sua opção, mas porque o juiz considerou que é um terceiro interessado. E essa interferência da Novartis no processo foi solicitada pelo Governo junto ao juiz. O Governo estaria, segundo o que me foi dito, interessado em que a Novartis informasse ao juiz que o objeto da ação desapareceu, na medida em que o Governo se dispôs a registrar e disponibilizar o produto.

Portanto, essa interferência da Novartis, segundo o que o Governo solicitou, não seria junto à Napacan para que ela retirasse a ação, mas junto ao juiz, para dizer: esse problema está resolvido e o objeto da ação deixou de existir. Essa teria sido a ação do Governo. Mas eu não estava nessa reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – E o Governo agiu dessa maneira de que forma? Formalmente? Porque nessa ata não existe nenhuma clareza de que o Governo esteja pedindo isso; apenas que a Novartis, como terceira interessada, ingressará no processo movido. Embora existam assinaturas de membros do Ministério da Saúde e da Novartis.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Segundo o que me foi relatado pelo Diretor Jurídico e Diretor Estatutário da Companhia que estava ali presente, isso foi uma solicitação feita durante a reunião, pelos representantes do Governo, que se justifica por essa razão: a Novartis participa do processo como terceira interessada, por decisão do juiz. Ela forneceu documentos.

Eu imagino que essa inclusão da Novartis se deu porque o juiz precisou de muitas informações para saber se aquele pedido fazia sentido, ou não. Solicitou-as nos vários documentos, a fim de conhecer onde o produto está registrado, qual o seu preço em outros países, etc. Por haveremos participado do processo, teríamos esse papel de informar ao juiz. Isso foi o que entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Então eu gostaria de, nesse caso, pedir que V. S<sup>a</sup> também encaminhasse à CPI cópia desse requerimento da Novartis e, se possível, do processo em que o juiz requer essas participações dela.

Outra pergunta: V. S<sup>a</sup> também declarou que essas ONGs auxiliadas pela Novartis alavancam a eficácia na compra e na utilização de medicamentos, como é o caso do Glivec. Como eles alavancam esse trabalho que redundará na eficácia da utilização e da compra desses medicamentos?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Eu darei a V. Ex<sup>a</sup> dois exemplos; um, do programa de erradicação da hanseníase.

O principal obstáculo para uma terapia bem sucedida – e peço perdão se estou ensinando o Padre Nosso ao vigário – é, muitas vezes, o desconhecimento do paciente quanto à melhor utilização do produto, ao autodiagnóstico, à obediência ao esquema de tratamento. Então, o que as Associações fazem, as ONGs, é auxiliar o paciente no gerenciamento da sua doença. Um exemplo concreto no caso do Glivec é que as ONGs de pacientes com câncer os ajudam por dizerem onde o produto está disponível, porque ele é distribuído pelas redes hospitalares das secretarias dos estados, reembolsado pelo SUS, mas não está disponível em qualquer hospital. A Napacan, no caso, sabe onde o produto pode ser encontrado, quais hospitais o compraram, e ajuda os pacientes a adquirirem-no.

A própria Napacan nos pressiona. Não imagine que ela é uma ONG amiga que nos poupa também das suas pressões e ataques. Frequentemente, recebemos comunicações da Graça pedindo que determinado paciente que não conseguiu o medicamento no hospital o receba da Novartis. E é dessa maneira que as ONGs alavancam o processo de tratamento do doente. Um exemplo talvez mais claro disso ocorre no caso da hanseníase. Existe uma ONG, que se chama Morhan, que faz folhetos, os quais são distribuídos à população, explicando o que é hanseníase, informando que tem cura, que a pessoa não deve ser segregada, deve ser levada a um médico, etc. Nesses folhetos há um 0800 que dá esclarecimentos sobre a hanseníase, diz onde elas podem-se tratar, que passos de-



vem adotar para chegar ao tratamento. Essa ONG está trabalhando neste momento junto com a **TV Globo** para conseguir que numa novela seja inserido um paciente com hanseníase para despertar a atenção da população para o problema da hanseníase e para levar as pessoas que têm essa doença a procurar um médico, porque este é o grande obstáculo: ignoram que o mal delas tem cura. Uma vez informadas, vão procurar um médico para diagnosticar a doença e levar o paciente a algum lugar onde tenha acesso ao medicamento. Então esse é o tipo de trabalho que as ONGs estão fazendo. Médicos Sem Fronteiras é outro exemplo que mencionei aí. Essa entidade faz um trabalho muito meritório e ajuda muito a eficácia do medicamento porque o medicamento sem informação não serve para nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Nesse campo, o Laboratório Novartis não tem nenhuma parceria com entidades médicas ou científicas de comprovada reputação como, por exemplo, a associação médica ou conselhos federais? Tem alguma parceria nesse sentido?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Muitas, principalmente com as associações médicas de especialidades. Com conselhos, desconheço; não creio que tenha.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Mas com associações de especialistas, sim.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – E, com essas associações de especialistas, a Novartis faz algum tipo de apoio também financeiro ou de outra ordem?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Também o faz principalmente nos eventos de educação médica continuada, que são os congressos, em grande parte suportados por patrocínios da indústria farmacêutica.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Outra afirmação de V. S<sup>a</sup> na sua explanação é que a Novartis gasta R\$1 milhão, mais ou menos. Ela gasta essa quantia por mês ou por ano?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Anualmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Anualmente, com ONGs só no Brasil?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Não é apenas com ONGs. Isso é só no Brasil, mas não é apenas com ONGs, incluem-se aí associações médicas também. Não são apenas ONGs, são contribuições, são hospitais, por exemplo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Instituições diversas.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Isso. Inclui, por exemplo, uma doação que se faça para a construção de uma nova ala de um hospital em que o hospital faz uma campanha de arrecadação de fundos. Inclui esse tipo de coisa também.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Já que V. S<sup>a</sup> falou em hospital, a Novartis contribuiu para a construção do hospital do câncer, lá em Rondônia?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – É uma pergunta?

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – É uma pergunta.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Não sei respondê-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Porque a Dr<sup>a</sup> Graça aqui falou inclusive desse hospital que estava sendo construído numa área doada pelo Exército e que a entidade, lá em Rondônia, encarregada da construção desse hospital, estaria não só construindo na área equivocada, errada, como haveria até a investigação do Ministério Público por suspeita de desvio de recurso. Então eu gostaria que, se V. S<sup>a</sup> não puder responder agora, respondesse por escrito.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Eu diria, quase com certeza, que não, porque normalmente fico sabendo dessas doações. Não me lembro dessa, mas quero verificar; não tenho certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Estou perguntando isso porque foi essa obra foi citada aqui. Foi dito que houve irregularidade não só no local de construção como também na aplicação dos recursos. V. S<sup>a</sup> disse também que a Novartis não usa consultores políticos ou outro tipo de consultores para atuar junto à Anvisa. Utiliza-os, então, para atuar em que área, já que é uma área da saúde?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Eu diria que a indústria em geral, a Novartis em particular, é ignorante, normalmente, é a área de Governo, que não tem nada a ver com as suas atividades técnicas, com as suas atividades intrínsecas. Uma coisa que fazemos muito mal – e não é somente a Novartis, mas a indústria em geral – é trabalhar junto com o Congresso Nacional. Por que fazemos mal? Penso que é de benefício mútuo – e gostaria de subscrever aqui a consideração de S. Ex<sup>a</sup> o Relator – que a iniciativa privada trabalhe junto com o Congresso Nacional na interpretação e na formação de legislação.

Quanto à legislação que afeta a nossa atividade, creio que é legítimo que as partes interessadas, tanto a população como as empresas que têm alguma coi-

sa a ver com aquela área de atividade, emitam o seu ponto de vista, porque, ao fazê-lo, até contribuem para que a legislação saia melhor e evite ser retrabalhada posteriormente.

Não temos muita experiência em como estabelecer essa cooperação, se é melhor fazê-lo por partido, etc.. Vou citar um exemplo: se me perguntarem quem são os Deputados e os Senadores que têm interesse específico na área de saúde, que normalmente afetam mais a legislação na área de saúde, eu não saberei dizer. E deveria sabê-lo. Então, é nessa área que estamos, de uns dois anos para cá, não só a Novartis, mas a indústria em particular, fazendo um esforço no sentido de tentar entender esse processo para fazê-lo melhor.

Essa solução que adotamos no ano passado, como parece óbvio, não foi a melhor. Estamos procurando outras soluções para melhorar nossa competência nessa área.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Pelo que pude entender da resposta de V. S<sup>a</sup>, então, a Novartis usa consultores especificamente para trabalhar na área do Congresso Nacional?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Tentamos, no ano passado, contratar esse consultor. O nosso foco principal era Congresso Nacional e Executivo, não Ministério da Saúde, ou seja, aquelas áreas do Executivo com as quais interagimos menos do que com o Ministério da Saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – O Ministério da Saúde não?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – O Ministério da Saúde não.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Dr. Andreas, eu gostaria também de solicitar, já que V. S<sup>a</sup> vai nos mandar a relação de recursos repassados à Napacan, que também o fizesse com relação a todas as ONGs ou instituições que colaboram com a Novartis. ONG's ou instituições, médicas, para eventos, como V. S<sup>a</sup> mencionou, para que possamos ter uma idéia clara sobre o envolvimento dessas ONGs e o tipo de atuação que elas têm.

Uma penúltima pergunta: desde o começo da distribuição do Glivec pelo SUS, V. S<sup>a</sup> tem idéia de em quanto importam os gastos totais do Governo Federal na compra desse medicamento, especificamente do Glivec?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Não sei dizer. A pergunta é qual é o orçamento do Ministério da Saúde para a compra do Glivec?

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Quanto o Governo tem gasto até aqui com a aquisição do Glivec. Pode ser quanto tem de orçamento e quanto, efetivamente, gastou do orçamento.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Não posso responder agora, mas poderia enviar-lhe, depois, o que gastou, por exemplo, em janeiro e fevereiro, desde que houve esse acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Desde que houve o acordo?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Então, eu gostaria de realmente... Peço, com mais ênfase ainda, que V. S<sup>a</sup> encaminhe à CPI, desde o acordo, quanto o Ministério da Saúde, efetivamente, comprou e pagou para a Novartis, especificamente, quanto ao medicamento Glivec.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Posso só fazer um esclarecimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Sim.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – O sistema desse medicamento funciona assim: as Secretarias de Saúde dos Estados compram o medicamento e recebem o reembolso do SUS. Ou seja, quem realmente faz a compra são os Estados e o SUS os reembolsa, mas quem paga indiretamente é o SUS.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Bom, uma última pergunta, que eu não poderia deixar de fazer, porque V. S<sup>a</sup> se referiu a uma matéria que, obviamente deve conhecer, publicada pelo Jornalista Cláudio Humberto em cinco tópicos. Vou ler, para que nós da CPI possamos entender o mecanismo – ONGs, lobistas, laboratórios, no caso Novartis – e para que fique registrado também aqui na CPI:

“O jantar do achaque

O Presidente da Novartis do Brasil, André Strakos, jantou mesmo em Brasília no dia 14 de setembro do ano passado com o Secretário Nacional de Assistência à Saúde, Renilson Rehem, e seu subordinado Alberto Beltrame. Segundo testemunhas, o lobista Alexandre Paes dos Santos pegou Strakos no Hotel Bonaparte e pelas 21 horas e 20 minutos o levou ao restaurante Trastevere, onde se deu um suposto achaque em nome do Ministro José Serra, da Saúde.”

Outro tópico:

“É fácil comprovar, Renilson Rehem e André Strakos negam o jantar, mas a Polícia Federal acham que o bilhete aéreo do Presidente da Novartis e o cheque ou cartão de crédito usados para pagar a conta no restaurante confirmam o encontro.

O escândalo da suposta extorsão a empresas farmacêuticas por assessores do Ministro Serra foi revelado nesta coluna, na terça-feira 16.

#### Local predileto

André Strakos, da Novartis, contou a um amigo que temia estar sendo atraído para uma armadilha, por isso tentou, por celular, alterar o local do jantar naquela noite chuvosa de 15 de setembro. Mas Renilson, Secretário de Assistência à Saúde, negou. "É nesse restaurante que me reúno com os laboratórios" – teria dito o assessor do Ministro José Serra.

#### Chantagem recusada

A autorização de um remédio para tratamento do câncer, o Glivec, do laboratório Novartis, estaria sendo dificultada pelo Secretário Renilson Rehem, segundo apurou a Polícia Federal. Mas o suposto acaque de 14 de setembro não teria sido feito pelo representante da Novartis no Brasil, André Strakos, que então, "caiu em desagrado".

#### Estranha irritação

No dia 18, quatro dias após o jantar da tentativa de extorsão, o Ministro José Serra recebeu o Presidente mundial da Novartis, Daniel Vassela. Irritado, Serra reclamou do Presidente da Novartis do Brasil, André Strakos, acusando-o "de falta de ética" e "pagar à ONG Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer – Napacan – para recorrer à Justiça e garantir o acesso ao remédio Glivec.

Vejam que está mencionada aqui de novo a Napacan, envolvendo, portanto, funcionários públicos, do Ministério da Saúde. Gostaria que V. S<sup>a</sup> tecesse os comentários que julgar convenientes sobre essa matéria.

O Senador Tião Viana já requereu a audiência do Sr. Alexandre Paes dos Santos.

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Essa história é fantasiosa, não é verídica. Isso é o que tenho a dizer. De todo o artigo, a única coisa correta é que realmente o Ministro Serra recebeu aqui o Presidente da Novartis, Daniel Vassela. Não participei desse encontro, não sei o que ele teria dito – creio que o Cláudio Humberto também não participou.

O Ministro Serra declarou à **Folha** que achava que a Napacan estava aos serviços da Novartis, que teria um acordo com a Novartis. Isso é verídico, saiu publicado. Suponho que ele tenha dito isso. É um direito que ele tem. Talvez até pelos comentários que V. Ex.<sup>a</sup> fez, é uma suspeita que acaba por surgir, ainda que não tenha existido essa contrapartida na nossa correlação com eles.

As verdades do artigo acabam aí, ou seja, que Daniel Vassela esteve aqui. Também é verdade que eu estive em Brasília, que tive um jantar, não teve

nada a ver com isso, não conheço o Dr. Renilson, nunca o vi, se ele passar aqui na minha frente...

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – O senhor teve um jantar com essas pessoas?

**O SR. ANDREAS STRAKOS** – Nunca o vi, se passar na minha frente não sei quem é. Talvez até devesse conhecer, pela importância do cargo que ele tem, mas não o conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Dou-me por satisfeito com as respostas de V. Ex.<sup>a</sup>, e aproveito também para informar e deixar registrado à CPI que também pretendo fazer um requerimento – não vou fazê-lo neste momento – convocando também, convidando o Jornalista Cláudio Humberto, já que ele dá tanta riqueza de detalhes, especialmente com relação a questão que é o objetivo desta CPI, do envolvimento da Napacan, que estaria, segundo as palavras do Ministro José Serra, agindo com falta de ética e pagando a ONG Napacan.

Efetivamente, precisamos e até acho que o Laboratório Novartis deve ter muito interesse em que esta situação fique aclarada, como sempre digo aqui, ou seja, que todas as ONGs sérias deveriam ter o maior interesse nesta CPI, porque lemos constantemente na imprensa, ouvimos no noticiário nacional da **Rede Globo** que uma ONG canadense ou norte-americana, chamada Focus, estaria pagando a produtores de soja brasileiros para não produzir soja.

Todos os dias estamos ouvindo essas notícias e isso termina por contaminar as ONGs que realmente são sérias, porque ficam todos no mesmo nível. Esse é o objetivo desta CPI, ou seja, separar o joio do trigo e, obviamente, o laboratório que V. Ex.<sup>a</sup> representa no Brasil, um laboratório de renome nacional, deve ter o maior interesse em que essas coisas fiquem bem claras, para que o objetivo maior que, aliás, meritório de produzir medicamentos inovadores para doenças que estejam hoje no rol daquelas doenças incuráveis possam, realmente ser atingidas sem a contaminação desse processo.

Vamos reiterar oficialmente esses pedidos que fiz para complementar o seu depoimento. Queremos agradecer a presença de V. Ex.<sup>a</sup> e reiteramos que o nosso interesse, o interesse da CPI quando foi instituída foi exatamente esse; de deixar bem claro, passar, vamos dizer assim, um raio X do que existe dessas ONGs. Na verdade, não existe no Brasil hoje nenhum cadastro adequado dessas instituições, não existe uma legislação que efetivamente regulamente a ação dessas instituições, e o que é pior, no meio delas, portanto, instituições seríssimas podem estar sendo prejudicada.

Não havendo mais quem queira se manifestar, declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h55min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 22, DE 2001-SF "DESTINADA A APURAR, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, AS DENÚNCIAS VEICULADAS A RESPEITO DA ATUAÇÃO IRREGULAR DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONGs."

**Ata da 13ª Reunião realizada em 11-12-2001**

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, às vinte horas e dez minutos, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, reúnem-se os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Bernardo Cabral, Leomar Quintanilha e Tião Viana, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião Administrativa, em caráter reservado, destina-se a discussão e votação de Requerimentos. Dentre os diversos assuntos tratados, a Senhora Relatora realizou com a anuência dos membros presentes um balanço geral relativo aos casos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Foram aprovados, por unanimidade da Comissão, oito Requerimentos a seguir relacionados: Requerimento nº 23/2001, de autoria da Senadora Marina Silva, que requer sejam convidados os Ministro José Sarney Filho, do Meio Ambiente e José Serra, da Saúde, bem como o Presidente da ABONG, Sérgio Haddad, e a estudiosa, Leilah Landin, autora do livro, "As ONG no Brasil"; Requerimento nº 24/2001, de autoria da Senadora Marina Silva, que requer sejam convidados o Coordenador do mesmo Conselho, Dr. Augusto de Franco e a estudiosa Maria Tereza Sadek, autora de diversos livros sobre o Terceiro Setor; Requerimento nº 25/2001, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que requer solicitar ao Ministério do Meio-Ambiente, informações sobre a existência de Convênios de quaisquer natureza, realizados com organizações não-governamentais a aquela pasta. Caso

positivo, informar também seus valores, objetivos e prestações de conta, remetendo-nos cópias dos documentos; Requerimento nº 26/2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que requer a requisição ao Ministério do Meio-Ambiente e IBAMA, cópia de todos os Convênios firmados com entidades não-governamentais, valores conveniados, valores liberados e cópia das respectivas prestações de contas, nos últimos 5 (cinco) anos; Requerimento nº 27/2001, de autoria do Senador Tião Viana, que requer sejam convocados o Procurador Regional da República, no Estado do Paraná, Dr. Mário José Gisi e o representante do Ministério Público do Estado do Paraná, Promotor de Justiça, Dr. Edson Luiz Peters, para prestarem informações de interesse da CPI; Requerimento nº 28/2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que requer sejam requisitados à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, as seguintes informações a) A FUNASA tem firmado Convênios com entidades não-governamentais para implementação de ações de Saúde Pública na Amazônia?, b) Caso positivo, informar com que entidades firmou Convênio, qual o seu valor, qual o seu objetivo e se houve prestações de contas, nos últimos 5 (cinco) anos, e c) No caso positivo, enviar cópia dos convênios e das respectivas prestações de contas; Requerimento nº 29/2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convocada a Sra. Graça Marques – Presidente do Grupo de Apoio ao Paciente de Câncer – NAPACAN, para prestar depoimento a esta CPI, em data a ser agendada; Requerimento nº 30/2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convocado o Sr. Andréas Strakos – Presidente do Laboratório Novartis do Brasil, para prestar depoimento a esta CPI, em data a ser agendada, e Requerimento nº 31/2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer a convocação dos Senhores Hector Garibotti e Luiz Antônio Nascimento de Souza, ex-Presidentes da Organização não-governamental – Associação Amazônia, para prestar depoimento a esta CPI, em data a ser agendada posteriormente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e, para constar, eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 22, DE 2001-SF “DESTINADA A APURAR, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, AS DENÚNCIAS VEICULADAS A RESPEITO DA ATUAÇÃO IRREGULAR DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs.”.

#### Ata da 16ª Reunião realizada em 16-4-2002

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, às nove horas e trinta minutos, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, reúnem-se os Senhores Senadores Moreira Mendes e Tião Viana, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “*destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs*”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a oitiva dos Srs. Hector Garibotti e Luiz Antônio Nascimento de Souza, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Associação Amazônia. A Presidência passa a leitura de dois Fax remetidos a esta CPI, justificando a ausência dos mesmos, após, o Presidente passa a leitura do Requerimento de autoria do Senador Tião Viana, que requer seja convocado a prestar esclarecimentos a esta CPI, o Sr. Alexandre Paes de Souza, sobre denúncias de irregularidades nas compras de medicamentos por parte do Ministério da Saúde, Requerimento este que o Senador Moreira Mendes solicita ao Senador Mozarildo Cavalcanti para subscrevê-lo. O Senhor Presidente informa que não quorum qualificado para votação de Requerimentos ficando portanto para a próxima oportunidade, como também, informa que esta Comissão deverá realizar uma diligência a cidade de Manaus/AM, com o objetivo de tomar o depoimento do Sr. Hector Garibotti e do Sr. Luiz Antônio Nascimento de Souza, bem como, do proprietário do Cartório onde se efetivou a escritura de terras na Amazonia, em nome da Associação Amazônia. O Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, passa a leitura de um breve resumo a respeito do andamento dos trabalhos da CPI, no decorrer do ano de 2001 até a presente data. A Presidência

concede a palavra ao Senador Moreira Mendes pela ordem, que inicialmente requer uma reunião de caráter administrativa para apresentação e votação de requerimentos, uma vez que sua Excelência que está elaborando Requerimentos de sua autoria, a serem apresentados oportunamente. O Senador Moreira Mendes, solicita ao Senhor Presidente, que esta Comissão reitere o Ofício nº 214/2001, datado de 23.08.2001, ao Banco Central do Brasil, referente ao Requerimento nº 01/01, de sua autoria, aprovado por unanimidade, em reunião realizada em 21.08.2001, que requer seja requisitado ao Banco Central as seguintes informações: a) montante de moeda estrangeira internada no País a crédito de ONG's, constituídos e em funcionamento no Território Nacional; b) entidades beneficiadas e a soma destinada a cada uma delas, com respectivos endereços, se possível, e c) os pedidos acima referem-se ao período dos últimos 5 (cinco) anos. O Senador Moreira Mendes solicita ao Sr. Presidente que a Secretaria xerocope o quadro Demonstrativo dos Convênios firmados desde 1998 com Organizações Não-Governamentais, anexo ao Ofício GP/Nº 76/02-I, datado de 15.04.2002, do IBAMA, em resposta ao Requerimento nº 26/2001, também de sua autoria, aprovado em reunião realizada em 11.12.2001, no sentido de se enviar cópias aos gabinetes dos membros da CPI para conhecimento. O Senhor Presidente acata as solicitações do Senador Moreira Mendes, agradecendo aos presentes nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e, para constar, eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação juntamente com as Notas Taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a 16ª reunião da CPI das ONGs, criada pelo Requerimento nº 22, de 2001, do Senado Federal.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 3 de abril do corrente ano e se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

Aprovada a ata, portanto, comunico que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Sr. Hector Gariboti e do Sr. Luiz Antônio Nascimento de Souza, presidente e vice-presidente, respectivamente,

te, da Organização Não Governamental Associação Amazônia.

Há expediente a ser lido:

#### Requerimento

Requeiro, nos termos do inciso V do §2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952, seja chamado a depor no plenário desta Comissão o Sr. Alexandre Paz dos Santos, a fim de prestar esclarecimentos sobre denúncia de irregularidade nas compras de medicamentos por parte do Ministério da Saúde.

Assinado pelo Senador Tião Viana.

Como não há número para deliberar, esse requerimento, ficará...

**O SR. MOREIRA MENDES** (PFL – RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de subscrever também esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Então, além de ser subscrito pelo Senador Tião Viana será subscrito pelo Senador Moreira Mendes. Portanto, como anunciei, esse requerimento ficará dependendo de deliberação de uma reunião administrativa que iremos convocar oportunamente.

Para a reunião de hoje, esta CPI convocou o Sr. Hector Gariboti e o Sr. Luiz Antônio Nascimento de Souza, presidente e vice-presidente, respectivamente, da ONG Associação Amazônia, uma instituição que está sendo investigada por esta CPI e já foi investigada pela CPI da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima por ter adquirido irregularmente, no sul do Estado de Roraima, 174 mil hectares de terras e as ter registrado em cartório do Amazonas, com o objetivo claro de não tornar muito lícitas as suas atuações. Ao final dessa investigação na CPI da Assembléia Legislativa de Roraima, houve a conclusão de que ela efetivamente havia cometido as irregularidades. Daí por que a investigação estar sendo feita por esta CPI do Senado. Já tivemos a oportunidade de ouvir dois representantes dessa instituição e convocamos justamente o Sr. Hector Gariboti e o Sr. Luiz Antônio Nascimento de Souza, o primeiro por ter sido um dos fundadores e o mais envolvido nessa aquisição das terras.

Recebemos da Associação Amazônia um expediente, datado de 10 de abril do corrente ano, lavrado nos seguintes termos.

"Sr. Presidente, em resposta ao Ofício nº41/02 da CPI das ONGs, datado de 03 de abril de 2002, in-

formamos que o Sr. Hector Daniel Gariboti não reside mais no Brasil e, conseqüentemente, seria necessário contatá-lo na Espanha, onde reside atualmente, de forma a viabilizar o seu depoimento que, a nosso ver, seria importante, esclarecedor, capaz de dirimir eventuais dúvidas e questionamentos referentes à atuação da Associação Amazônia em nossa região. Os dados de contato referentes ao Senhor Gariboti são: endereço residencial – Calle Urrillos nº7, terceiro andar, nº28.013, deve ser o CEP, Madri, Espanha. Os dados profissionais são: Avatar Producciones, telefone 34653906076.

O Sr. Gariboti nos informou ainda que planeja viajar ao Brasil, mais especificamente a Manaus, na primeira quinzena de maio deste ano, sendo que, se esta Comissão decidir remarcar a data de sua convocação para esse período, o mesmo se dispõe a estar presente.

Ao dispor para maiores esclarecimentos, o Sr. Christoffer Julian Clark, presidente, que inclusive já foi ouvido por esta CPI.

Então, vou determinar à secretaria que façamos a convocação do Sr. Gariboti para a primeira quinzena de maio, de forma a ensejar que ele possa comparecer a esta Comissão e prestar os esclarecimentos necessários.

Outro expediente, datado de 15 de abril de 2002, está vazado nos seguintes termos:

Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente, eu, Luís Antônio Nascimento de Sousa, sociólogo, servidor público federal, professor junto à Universidade do Amazonas, portador do RG nº 16609367, SSP-SP, membro da Comissão Amazônia, entidade que vem sendo objeto de investigação dessa CPI, venho, por meio desta, informar que não poderei estar presente como depoente a essa CPI na manhã do dia 16 de abril de 2002.

Essa ausência se justifica na medida em que minha esposa, Kátia Cristina Finaz, foi submetida a uma cirurgia no dia 12 de abril, conforme atestado médico que segue em anexo.

Na oportunidade, quero renovar a minha disposição de comparecer perante essa Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de prestar informações e responder toda e qualquer indagação advinda dos membros dessa Comissão.

Nesse sentido, ficarei no aguardo da manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, a fim de que um nova data seja agendada para o meu comparecimento.

Por último, informo, abaixo, o meu endereço residencial, a fim de contribuir para uma comunicação mais ágil.

E, em anexo, de fato, há um atestado médico, em que se comprova a cirurgia de sua esposa, realizada no dia 12 do corrente.

Então, igualmente, vamos reconvocá-lo ou, quem sabe, vamos deliberar, depois, com os membros da Comissão, no sentido de irmos a Manaus, já que aproveitaríamos para ouvir os dois representantes da Comissão e também teríamos a oportunidade de ouvir o dono do cartório onde foram feitos os registros das terras adquiridas por esta Comissão. Penso que seria até mais prático a Comissão se deslocar até Manaus e ter a oportunidade de não só ouvir esses dois envolvidos, dirigentes da ONG Associação Amazônia, como também de checar essas informações junto ao cartório onde foi feito o registro das terras, adquiridas de maneira aparentemente regular.

Portanto, como o objetivo desta reunião não pôde ser atendido, uma vez que os convocados não puderam comparecer, pergunto se o Senador Moreira Mendes deseja fazer alguma observação.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO)** – Sr. Presidente, quero fazer apenas uma ligeira observação, até para que haja uma reflexão para encontros e reuniões futuras da nossa Comissão.

Quando se discute essa questão de organizações não-governamentais na Amazônia que, de uma forma ou de outra, estão envolvidas nessa questão, sempre encontramos na ponta da linha um estrangeiro. Isso é algo muito estranho.

Recentemente, houve a realização de audiências públicas no Estado do Amazonas e no Estado de Rondônia, promovidas pelo Ibama, com o objetivo de se discutir o Relatório de Impacto ambiental, oferecido pela Gaspetro, para a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, e lá estavam eles. As duas principais figuras que discutiam o relatório eram exatamente um americano e um alemão. Não me lembro exatamente do nome desse alemão; parece-me que é Dietrick Gavora. Estou buscando dados sobre a vida dele, para trazer informações a esta Comissão, para que possamos adotar os devidos procedimentos. Era exatamente esse alemão que manipulava todas as informações e que formulava perguntas a cada uma daquelas outras pequenas ONGs: uma representando o índio; outra, o ribeirinho; outra, a comunidade tradicional. Ele formulava as perguntas para quem estava lá fazendo as expli-

cações, o que é absolutamente estranho. E agora vejo que, nessas duas justificativas, está a figura de um espanhol que reside, como não poderia ser diferente, na Espanha. O que essas pessoas têm a ver com a nossa Amazônia, com o Brasil? Quais são verdadeiramente seus interesses? É algo muito estranho e que fica aqui como reflexão para quando essas pessoas estiverem conosco, sendo ouvidas aqui nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti)** – Inclusive temos que aduzir que quem assina o documento como Presidente da Associação Amazônia, e inclusive depôs aqui nesta CPI, é outro estrangeiro. É um escocês que vive na Itália - passa seis meses na Itália e seis meses aqui no Brasil.

Ficamos sem a oportunidade de ouvir os dois convocados, mas gostaria, até para prestar um esclarecimento público do que temos feito até aqui, de fazer um resumo do trabalho desta CPI. A Comissão já se reuniu por 16 vezes, ouviu treze depoimentos e aprovou 31 requerimentos. Um total de 293 expedientes oficiais foram expedidos no decorrer do ano de 2001, e 46 no decorrer deste ano. Até a presente data, esta Comissão recebeu, catalogou, autuou e analisou uma média de 180 documentos. No ano de 2001, a CPI recebeu 855 expedientes oficiais, tanto em resposta aos remetidos por esta Comissão como àqueles remetidos por outros motivos. Dentre os depoimentos ouvidos por esta Comissão, foram prestados esclarecimentos a respeito dos seguintes casos investigados:

– Uma ONG, localizada no Estado da Amazônia, chamada Coperíndio, cujo vice-presidente foi preso pela Polícia Federal transportando uma tonelada da pedra semipreciosa ametista, e 300 kg de um outro mineral nobre chamado tantalita;

– A Associação Amazônia, que ainda estamos investigando e que atua no Estado de Roraima;

–A Fundação Boticário e a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem, a SPVS, que atuam no Paraná e foram denunciadas por Deputados daquele Estado;

–A ONG Napacan, que é o Núcleo de Apoio às Pacientes com Câncer, cuja Presidente já tivemos oportunidade de ouvir, e também o laboratório Novartis, com o qual essa ONG tem ligações, inclusive sendo patrocinada por essa instituição.

Portanto, a Comissão tem trabalhado, apesar das dificuldades normais, e esperamos chegar ao fi-

nal com um diagnóstico, um raio X das atividades dessas ONGs. Como disse o Senador Moreira Mendes, surpreendentemente, quase sempre há um estrangeiro envolvido, principalmente no que tange à questão da Amazônia e do meio ambiente, inclusive e especialmente na faixa de fronteira, embora também atuem em todo o Brasil, como é o caso da Fundação Boticário, da SPVS e da Napacan.

**O SR. MOREIRA MENDES** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti)** – Pois não.

**O SR. MOREIRA MENDES** – Fiz vários requerimentos a esta Comissão, um deles solicitando, se não me engano, que o Banco Central informasse a entrada de recursos estrangeiros em nome de ONGs, organizações não-governamentais. Parece-me que veio uma resposta dizendo que seria preciso mais detalhes, como número de CGC ou coisa parecida. Isso é um absurdo! Compete ao Banco Central pesquisar essa questão. Se é dinheiro estrangeiro, o Banco Central tem que ter essa informação, sobretudo quando ele é destinado a organizações não-governamentais. Insisto nesse requerimento. Que o Banco Central providencie e diligencie no sentido de localizar as referidas ONGs. Segundo o requerimento, solicito o montante, em moeda estrangeira, internado no País a crédito de ONGs em funcionamento no território nacional. Não deve existir uma quantidade tão grande de organizações que recebam dinheiro estrangeiro, a ponto de o Banco Central informar que não pode porque não tem outras informações. Insisto no pedido e lembro ao Banco Central que isso aqui é uma CPI e que cabe a ele informar corretamente o que lhe é solicitado.

2) Quais as entidades beneficiadas e a soma destinada a cada uma delas, com os respectivos endereços.

Os pedidos acima referem-se aos últimos cinco anos.

Por que estou pedindo isso aqui? Porque aí vamos comprovar qual é o dinheiro que é internado no Brasil, porque em seguida já vou dizer qual vai ser o meu requerimento, é o de quebrar o sigilo bancário dessas ONGs para ver a destinação desse dinheiro. Se ele está sendo destinado verdadeiramen-



te, como se propõe a organização, ou se ele está sendo desviado com outros objetivos.

Da mesma forma, com relação àquela ONG do Paraná, é preciso levantar a situação. E se não tem um requerimento feito, faço o requerimento, no sentido também que sejam, por meio do sigilo bancário quebrado, levantados os depósitos efetuados na conta daquela organização, para saber de quem vem e para quem estão sendo destinados.

E, ainda, Sr. Presidente, penso que isso poderia ser uma rotina dentro da comissão, todas aquelas que estão sob investigação, a forma de, claramente, chegarmos exatamente fiscalizando ou levantando a situação financeira de cada uma delas. Aí saberemos exatamente de quem vem o recurso e para onde eles são destinados.

Mas lembro-me que fiz, ainda, um outro requerimento; se não o fiz, vou fazê-lo agora. Um ofício ao Ministério do Meio Ambiente para que informe detalhadamente quais os convênios que foram feitos nos últimos três anos com entidades não-governamentais; os seus respectivos valores; cópias dos respectivos convênios; prestação de contas para saber onde esse dinheiro foi aplicado. E até para que se faça uma comparação, quanto o Poder Público, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, investiu em organizações não-governamentais e quanto investiu nas prefeituras, tão sofridas prefeituras de todo o Brasil, e em projetos do próprio ministério, destinados a essa questão do meio ambiente.

Então, quero reiterar esses expedientes, já anteriormente feitos. As respostas eventualmente obtidas, como essa do Banco Central, dizer que reitero o requerimento, porque é uma resposta muito simplista dizer: Não temos o número do CGC, não podemos fornecer informação. O Banco Central que providencie, que vá atrás da informação e que responda aqui à CPI como tem que ser respondido.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Moreira Mendes, com relação à solicitação feita ao Ministério do Meio Ambiente, por coincidência, recebemos um expediente datado do dia 15, ontem, em que ele informa o seguinte:

Ao cumprimentá-lo, referimo-me ao Ofício nº 003/02, da CPI das ONGs, por meio do qual V. Exª solicita cópia de todos os convênios firmados com entidades não-governamentais, valores liberados e

cópia da respectiva prestação de contas nos últimos cinco anos.

Em função do volume do material, tomo a liberdade de encaminhar preliminarmente um quadro demonstrativo de convênios firmados desde 1998, para que, a critério dessa comissão, sejam enviadas cópias específicas de todos os documentos.

Não obstante, coloco o IBAMA ao inteiro dispor para subsidiar essa comissão no desenvolvimento dos trabalhos.

E aqui segue um quadro em que existe toda a relação das instituições que têm convênio, com o quadro do valor, a movimentação financeira, nos últimos cinco anos, desde 1988, portanto.

Então, já inclusive despachei hoje para que seja enviada uma cópia a V. Exª, assim como à Srª Relatora, e, a critério de V. Exª, poderemos então exigir que ele remeta todos os convênios, o que aliás foi requerido.

**O SR. MOREIRA MENDES** (PFL – RO) – Sr. Presidente, na verdade o requerimento tem o objetivo de a gente esclarecer. Quero dizer que certamente, dentre as ONGs, as organizações que estão aí beneficiadas, muitas delas prestam relevantes serviços ao País, e já reconhecemos isso aqui várias vezes. O documento poderia ser distribuído a todos os eminentes Senadores que compõem esta Comissão, para que cada um deles pudesse opinar a respeito dessa informação, desse informativo prestado pelo Ministério. Com isso, cada um poderia propor o requerimento que julgasse necessário. Da minha parte, vou analisar o documento com critério.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Perfeito.

Além de enviar cópia a V. Exª e à Relatora, solicito que seja encaminhado também a todos os membros da Comissão para que tomem conhecimento.

Quanto ao outro requerimento de V. Exª, peço à Assessoria Jurídica que o analise para que, se conveniente, reiteremos o pedido para que o Banco Central encaminhe a esta Comissão o que foi solicitado por V. Exª.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo a presença dos Srs. Senadores, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h33min.)